



Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 09: Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Túrek; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Ângelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 25.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1995

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Augustinho Zucchi, Eduardo Trevisan e Geraldo Cartário (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM N.^o 17/95

Curitiba, 15.04.95

Senhor Presidente.

Dando cumprimento ao disposto no artigo 22, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, encaminho para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o Anteprojeto de Lei sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de

1996.

O presente Anteprojeto de Lei compreende:

I - as prioridades da Administração Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referentes ao exercício;

V - outras disposições.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as minhas expressões de estima e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJEITO DE LEI

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 1996.

Art. 1.^o - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1996 compreendendo:

I - as prioridades da Administração Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referentes ao exercício;

V - outras disposições.

CAPÍTULO I

Das Prioridades da Administração Estadual

Art. 2.^o - Constituem prioridades no Governo Estadual:

I - A definição e consolidação de uma estrutura básica para o Paraná, ao longo de um ano de integração.

II - O desenvolvimento sustentado do Paraná, através de políticas públicas convergentes nas áreas de meio ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento de cidades, ciência e tecnologia.

III - O desenvolvimento humano no Paraná, através do atendimento pleno às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, habitação, segurança, justiça, cidadania, abastecimento, cultura, atenção à criança e à família, geração de empregos e de renda.

IV - Efetividade na Gestão Pública, através de ações integradas entre Governo e Sociedade, dispondo recursos de forma a criar altos e crescentes níveis de produ-

tividade e competitividade no Paraná.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos, terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1996, observadas as ações constantes do Anexo desta Lei.

CAPÍTULO II

Da Organização e Das Estruturas dos Orçamentos

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto dos Anexos I, II, III, IV, V e VI, que conterão:

I - Legislação e resumos da receita referentes aos orçamentos fiscal, próprio da administração indireta e de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - Resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III - Orçamento Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público, a que se refere o artigo 133, § 6º, I da Constituição Estadual;

IV - Orçamento Próprio de Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, a que se refere o artigo 133, § 6º, II da Constituição Estadual;

V - Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, III da Constituição Estadual.

VI - Programa de Obras, compreendendo o Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, previstas nos três orçamentos.

Art. 5º - O Orçamento Fiscal e o Próprio das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional programática, observando o seguinte desdobramento:

Despesas Correntes:

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida Pública

Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital:

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida Pública

Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado por empre-

sa e terá a despesa discriminada segundo a classificação funcional programática.

Art. 7º - O Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 02 de 15 de dezembro de 1993, será apresentado conforme modelo anexo a este projeto de lei.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Para a Elaboração Dos Orçamentos do Estado

SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 8º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 1995 (base de correção relativa a 30 de junho de 1995).

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 1995.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1995, de acordo com critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei.

Art. 9º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 10 - As receitas de Órgãos, dos Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 11 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual.

Art. 12 - O Projeto da Lei Orçamentária para 1996, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos órgãos do Poder Executivo após deduzidos os recursos destinados:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1995;

II - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual;

III - ao orçamento do Poder Legislativo, compreendendo Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, correspondente a até 3% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas.

IV - ao orçamento do Poder Judiciário, compreendendo Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do Estado, correspondente a até 7,0% (sete vírgula zero por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, dos quais, pelo menos 8,5% (oito vírgula cinco por cento) corresponderão a despesas de capital.

V - as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

VI - ao pagamento do serviço da dívida pública;

VII - as contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais.

VIII - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;

IX - a manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual; e,

X - ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde a que se referem as leis estaduais n.ºs 10.219 de 21 de dezembro de 1992 e 10.533 de 30 de novembro de 1993.

§ 1º - Os recursos remanescentes de que trata o "caput" deste artigo, serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir:

Chefia do Poder Executivo.....até	8%
Secretaria de Estado de	
Ciência, Tecnologia e Ensino	
Superior.....até	2%
Procuradoria Geral do Estado.....até	1%
Secretaria de Estado do	
Planejamento e Coordenação	
Geral.....até	6%
Administração Geral do Estado -	
Recursos sob supervisão	
da SEPL.....até	14%
Secretaria de Estado da	
Comunicação Social.....até	2%
Secretaria de Estado da	
Administração.....até	12%
Secretaria de Estado da Fazenda...até	6%
Administração Geral do Estado -	
Recursos sob supervisão	
da SEFA.....até	2%
Secretaria de Estado da	

Cultura.....até	3%
Secretaria de Estado da	
Segurança Pública.....até	20%
Secretaria de Estado da Saúde.....até	30%
Secretaria de Estado da	
Justiça e da Cidadania.....até	10%
Secretaria de Estado da	
Agricultura e do Abastecimento...até	18%
Secretaria de Estado do	
Desenvolvimento Urbano.....até	4%
Secretaria de Estado	
dos Transportes.....até	25%
Secretaria de Estado do	
Meio Ambiente.....até	10%
Secretaria de Estado do	
Esporte e Turismo.....até	2%
Secretário Especial da	
Política Habitacional.....até	10%
Ouvidor Geral do Estado.....até	0.5%
Secretaria de Estado da Ind.,	
Com. e Desenvolvimento	
Econômico.....até	2%
Secretaria da Chefia de	
Gabinete do Governador.....até	1%
Secretaria de Estado do	
Governo.....até	1%
Secretaria de Estado da	
Criança e Assuntos da Família...até	8%
Secretaria de Estado do	
Emprego e Relações do Trabalho..até	2%
Secretaria de Estado de	
Obras Públicas.....até	1%
Ministério Público.....até	0.5%

§ 2º - Os recursos de que trata o parágrafo anterior serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos privados e públicos, nacionais e internacionais.

§ 3º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados mediante autorização do Poder Legislativo por ato do Poder Executivo aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 13 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1996, conterá dispositivos autorizatórios para:

I - destinação específica de recursos do Tesouro Geral do Estado, para pagamento de Pessoal e Encargos Sociais e serviços da Dívida Pública Estadual, bem como execução centralizada para: pagamento de energia elétrica (Companhia Paranaense de Energia - COPEL), pagamento de água e esgoto (Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR), pagamento de serviços telefônicos e telecomunicações (Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR e Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL) e pagamento de serviços de processamento de

dados (Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR).

II - os ajustes orçamentários oriundos de alteração da fonte dos recursos, da suplementação por recursos não previstos ou excedentes advindos de convênios, acordos e outras formas de contratos, bem como de superávits financeiros apurados na administração direta e indireta.

III - que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, respectivamente, ajustem seus orçamentos no que couber, mediante ciência ao Poder Executivo para os necessários registros.

Art. 14 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 15 - O Orçamento Fiscal para 1996 fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Geral do Estado, com um valor estimado preliminar de R\$ 3.400.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos milhões de reais), a preços de 1º de julho de 1995.

§ 1º - O Orçamento Fiscal conterà as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, serão elaboradas, respectivamente, pela Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 16 - O Orçamento Fiscal terá as despesas com pessoal e encargos sociais fixados até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor anual das receitas correntes, de acordo com o disposto nos artigos 38 e 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 17 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser pro-

gramados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 18 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 19 - O orçamento fiscal conterà a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo único da Constituição Estadual.

SEÇÃO III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 20 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, relativo às Autarquias, às Fundações e aos Órgãos de Regime Especial, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado, bem como suas aplicações.

Art. 21 - Os montantes das despesas dos orçamentos próprios, não poderão ser superiores ao das respectivas receitas.

Art. 22 - Os orçamentos próprios deverão prever o custeio de despesas com pessoal, também com recursos próprios.

SEÇÃO IV

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 23 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na espécie investimento.

Art. 24 - Os montantes das despesas dos orçamentos de investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

Art. 25 - A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária Anual à Assembleia Legislativa será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes, por espécie de despesa, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem subvenção do Tesouro Estadual para custeio de despesas com Pessoal e Encargos Sociais e com sua manutenção.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 26 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1995, em especial:

I - As modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - A concessão e redução de isenções fiscais;

III - A revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - O aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

CAPÍTULO V

Das Outras Disposições

Art. 27 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no § 2º do artigo 8º desta lei.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, durante o período de execução orçamentária.

Art. 29 - A defasagem monetária das dotações orçamentárias, ocasionadas pela inflação, deverá ser corrigida de forma a não prejudicar a realização do programa de trabalho estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º - O Poder Executivo providenciará para tal fim a atualização das expressões monetárias das dotações constantes do Orçamento Anual, durante sua execução, de acordo com a inflação medida mês a mês através de índice a ser definido na proposta orçamentária.

§ 2º - As correções não poderão ultrapassar em nenhuma hipótese os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as Transferências Federais.

Art. 30 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

Art. 31 - Ao projeto de Lei Orçamentária

Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que não:

I - sejam incompatíveis com as disposições do parágrafo 3º do art. 134 da Constituição Estadual;

II - transfiram recursos próprios das entidades referidas nas Seções III e IV do Capítulo III;

III - cancelem recursos superiores aos previstos na espécie a ser cancelada;

IV - apresentem como destaque metas não previstas no projeto de lei;

V - discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;

VI - cancelem recursos e manutenção de órgãos e/ou entidades em detrimento de despesa de capital;

VII - Incluam obras sem o respectivo detalhamento físico e financeiro, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 02, e sem a clara identificação do investimento que será cancelado para criar o recurso necessário à emenda;

VIII - Retirem recursos oferecidos como contrapartida de financiamentos, empréstimos, acordos, convênios e outras formas de contrato.

Art. 32 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO

DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

I - DEFINIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESTRUTURA BÁSICA PARA O ESTADO:

a) Início da implantação de um anel de integração unindo Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava, permitindo rápida circulação da riqueza gerada, da conectividade física dos mercados, do intercâmbio tecnológico e da integração das comunidades.

b) Investimento e complementação da infra-estrutura ao longo do anel, como: linhas-tronco de energia, de telecomunicações com fibras ópticas e de transporte, a fim de torná-lo um eixo de vida e trabalho.

c) Melhoramento contínuo da malha viária, ferroviária e portuária, de modo a assegurar a efetiva integração do anel.

d) Implantação de "Portos Secos", dotados de terminais de carga e armazéns alfandegados que facilitarão as operações de importação e exportação nos pólos regionais.

II - DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO NO PARANÁ

a) Início da implantação de pólos re-

gionais de desenvolvimento com prioridade às regiões economicamente deprimidas; incentivo às áreas de tecnologia da informação e turismo; incentivo à formação e consolidação de pólos em consonância com as vocações regionais, a exemplo de:

Noroeste - couro, confecções, seda, fruticultura, mandioca.

Norte Pioneiro - fruticultura, seda, suco-alcooleiro.

Norte - moveleiro, têxtil, agropecuário, seda.

Centro e Sul - madeira, erva-mate, fruticultura.

Litoral - viveiros marinhos, pesca.

Costa Oeste e Represas - piscicultura, turismo.

Campos Gerais - agroindústrias e agropecuária com vistas a maximização dos níveis de produtividade e competitividade.

Sudoeste - integração da produção à agroindústria.

b) Estímulo a novos mecanismos de fomento às atividades econômicas no âmbito do Estado através da participação da iniciativa privada como agentes de desenvolvimento.

c) Expansão do programa de desenvolvimento econômico do estado, potencializando a implantação de indústrias e serviços que complementem a cadeia produtiva local.

d) Continuidade do programa do Paraná como centro de excelência na agricultura, através do fortalecimento da pesquisa e extensão rural, consolidando o conceito do Estado como comunidade competitiva.

e) Continuidade ao Programa "Paraná 12 Meses", através da implantação de Vilas Rurais, apoio à pequena propriedade, fortalecimento institucional, desenvolvimento comunitário e Universidade do Campo.

f) Fortalecimento e difusão do Pólo das Américas, na região formada por Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra bem como o incentivo a atividades de pesquisa, comércio regional, exposições nacionais e internacionais, o intercâmbio de conhecimentos e a disseminação de informações, utilizando-se da Universidade das Américas como aglutinadora de redes formadas por centros de pesquisa públicos e privados, empresarial, patrimônio cultural, consulados, embaixadas etc.

g) Consolidação do Centro Regional de Negócios, distribuído ao longo das cidades que compõem o eixo Londrina-Maringá.

h) Continuidade dos trabalhos de infra-estrutura, habitação, saneamento ambiental, integração do transporte metropolitano e sistemas de gestão social.

i) Implantação de "trading points" verdadeiros centros de exposição e comercialização e de produtos visando a disseminação de informações para negócios.

j) Início da implantação do Programa

Litoral, transformando Paranaguá em centro de excelência portuária e naval; desenvolvimento de pesquisas e produtos a partir da biodiversidade da Mata Atlântica; propiciar condições para o turismo ecológico; dar continuidade ao desenvolvimento da fruticultura e da pecuária bubalina e outras opções para o desenvolvimento da área rural e litoral norte.

k) Início da implantação do Programa Costa-Oeste nas regiões limdeiras ao Lago de Itaipu.

l) Promoção de ações sinérgicas visando à maior integração do Paraná ao MERCOSUL dinamizando em seu âmbito as relações econômicas, culturais e tecnológicas de modo a consolidar a inserção do Paraná no continente e a ressaltar suas vantagens competitivas, a exemplo do Fórum das Américas e do Portal Aduaneiro em Foz do Iguaçu.

m) Início da recuperação da cobertura vegetal do Estado através de programas de preservação das reservas e de programas de reflorestamento destinados à conservação dos recursos e à exploração comercial de forma racional.

n) Criação do Parque Estadual das Araucárias de forma a preservar a biodiversidade e ecossistema Floresta das Araucárias.

o) Continuidade ao programa de Educação Ambiental, com objetivo de proporcionar à comunidade instrumentos para melhoria da qualidade de vida do Estado, a exemplo dos Projetos "Lixo que não é Lixo", "Câmbio Verde", "Coleta e destinação final de resíduos hospitalares, agrícolas e industriais".

p) Expansão do programa de desenvolvimento de cidades, com vistas ao fortalecimento do poder local e do desenvolvimento sustentado, a exemplo de projetos como o de implantação de barracões industriais voltados aos micro e pequenos empresários.

III - DESENVOLVIMENTO HUMANO

a) Continuidade à descentralização hierarquizada do sistema de saúde de modo a criar um atendimento personalizado do paciente em todo o Estado, integrado a uma proposta global com vistas à vigilância à saúde, a exemplo do Programa "Paraná + Saúde".

b) Recuperação, planificação e otimização da capacidade instalada de serviços na área de saúde.

c) Incremento das ações de suporte nas áreas terapêutica, de apoio diagnóstico e de desenvolvimento institucional.

d) Ampliação da assistência ambulatorial básica e especializada, assistência hospitalar local e referenciada e assistência farmacêutica.

e) Continuidade de implantação de Centrais de Marcação de Consultas Especializadas, de leitos, de ambulâncias e de redes de apoio laboratorial.

f) Expansão do Sistema Integrado de Assistência ao Trauma e Emergência - SIATE.

g) Descentralização gradativa do sistema educacional, com a participação da comunidade, com maior autonomia e agilidade às escolas.

h) Continuidade ao programa de Qualidade de Ensino de 1º e 2º graus com:

- implantação de instrumentos necessários para aumentar a permanência do aluno na escola;

- implantação de programas culturais, de incentivo à criatividade, esportes e modelos educacionais alternativos;

- recuperação e otimização de uso dos equipamentos da educação;

- implantação de programas de treinamento e atualização em serviço para os profissionais da educação, voltados às realidades regionais;

- expansão do projeto "Vale-Saber" aos professores que desenvolverem e aprimorem seus conhecimentos.

i) Incentivo à criação de cursos profissionalizantes e universitários voltados às demandas de cada região.

j) Incentivo à consolidação de Universidades vinculadas às vocações regionais com participação da comunidade para a sua viabilização técnica, econômica, financeira e científica.

k) Continuidade à descentralização do Sistema Penitenciário do Estado através da construção de complexos penitenciários, além de programas de educação e capacitação à cidadania a exemplo do projeto "Prisões-Fábrica".

l) Continuidade aos programas na área de segurança pública fortalecendo a polícia ambiental, o batalhão de patrulhamento rural e a interação com segmentos da Polícia Federal para fiscalização de fronteiras; expansão do policiamento ostensivo para combate à violência urbana; implantação de módulos policiais nas cidades-pólo com a participação da comunidade.

m) Expansão dos programas de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do trabalhador rural; de fomento às organizações comunitárias; de estímulo ao ofício; de atenção à pessoa portadora de deficiência; de atenção integral à família, às crianças, aos adolescentes e aos idosos; continuidade ao programa "Formando o Cidadão"; expansão de projetos sociais a exemplo de: Linhas de Ofício, Piás, etc.

n) Continuidade às atividades de esporte e lazer fundamentais à uma melhor qualidade de vida do cidadão, respeitando as características regionais e municipais

na busca da transformação do seu cotidiano, a exemplo do Programa "Esporte e Lazer 12 meses".

o) Continuidade à política cultural, através do fortalecimento da memória e da identidade paranaense; recuperação e preservação do litoral, das edificações e sítios históricos; incentivo à pesquisa como meio de valorização e resgate da história vivida pelo povo do Paraná; propiciar o acesso às informações culturais à comunidade.

IV - EFETIVIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

a) Descentralização administrativa, levando às cidades-pólo infra-estrutura pública, de modo a dar respostas mais ágeis às demandas da sociedade proporcionando sinergia entre os recursos financeiros, tecnológicos e humanos, entendendo a qualidade na gestão pública como indutora do processo de transformação.

b) Promoção de maior interação entre as esferas governamentais de forma a aproximar os poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público nos âmbitos municipal e federal; promoção de ações que aproximem o cidadão e o Estado.

c) Promoção de ações indutoras e facilitadoras do processo de gestão através de conceitos e enfoques diferenciados do sistema hierárquico e burocrático atual, via fomento de parcerias de tecnologia e de gerência; participação de universidades e escolas técnicas como centros de pesquisa pura e aplicada em cada região.

d) Expansão do programa de modernização da administração do Estado com o uso racional e intensivo da tecnologia da informação.

e) Descentralização e desburocratização dos serviços da Junta Comercial do Paraná, PROCON e IPEM, garantindo uma atuação efetiva em defesa do consumidor e do micro e pequeno empresário.

f) Expansão dos programas de organização municipal, de assistência técnica aos municípios, de capacitação de recursos humanos, bem como o fortalecimento da descentralização técnico-administrativa das unidades sociais do Estado.

g) Intensificação e reforço à área de arrecadação e fiscalização via medidas reestruturantes da gestão tributária e financeira do Estado.

h) Consolidação de mecanismos de incentivos às atividades econômicas através de uma política orientada nas áreas creditícia e tributária.

i) Continuidade à política de desenvolvimento humano do servidor público estadual como co-partícipe da gestão, com vistas à profissionalização, dignificação e valorização de tal forma a dar um salto

projeto/atividade.

Na coluna de "especificação" aparecerá o nome do P/A, seguido da região ou município e da descrição das respectivas obras, juntamente com a sua unidade de medida (km, m, etc).

Na coluna "quantidade" será apresentada a quantificação da unidade especificada.

Na coluna "fontes" será especificada a origem dos recursos a serem dispendidos com a obra, se do Tesouro Estadual (T), e se Outras Fontes (OF). Se a obra tiver recursos de Tesouro e de Outras Fontes deverá aparecer uma linha com T e outra com OF.

Na coluna "valor" será apresentada a quantidade de recursos do Tesouro (T) e de Outras Fontes (OF) para cada obra.

ANEXO DO PROGRAMA DE OBRAS

NOME DO ÓRGÃO					
NOME DA UNIDADE					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	FONTE	VALOR (R\$ 1000)
			TOTAL	T OF	

OBSERVAÇÕES: O Anexo do Programa de Obras será apresentado por Órgão, Unidade e Projeto/Atividade (P/A) e por Região ou Município, dependendo do nível de agregação da obra. Na coluna do "Código" aparecerá o código do P/A e o número sequencial da obra. Na coluna de "Especificação" aparecerá o nome P/A, seguido da região ou município e da descrição da obra. Na coluna de "Unidade" será apresentada a unidade de medida da obra. Na coluna "Quantidade" será quantificada a unidade de medida. Na coluna "Fontes" será especificada a origem dos recursos para execução da obra, se do Tesouro (T) e, se de outras fontes, (OF). Se a obra tiver recurso do Tesouro e de Outras Fontes deverá aparecer uma linha com T e outra com OF. Na coluna "Valor" será apresentada a quantidade de recursos do Tesouro (T) e de Outras Fontes (OF) para cada obra.

Proposta de Emenda:

EMENDA ADITIVA CONSTITUCIONAL

Acresce ao art. 35 da Constituição do Estado do Paraná, o seguinte parágrafo e seus incisos:

"§ 6º - Para efeitos do inciso III, alínea b, deste artigo, entende-se como funções de magistério:

I - as que, pertinentes ao sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão, se exerçam, em qualquer nível de ensino, para fins de transmissão e ampliação do saber;

II - as inerentes à administração de estabelecimento escolar, faculdade ou universidade, exercida por professores;

III - as exercidas no sistema de ensino no Estado do Paraná, por professores".

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento: Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Toti Colago, Doutor Rosinha, Augustinho Zucchi, Albanor Gomes, José Tavares, Luiz Carlos Zuk, Eduardo Trevisan, Ricardo Chab, Caíto Quintana, Emerson Nêrone, Durval Amaral, Cesar Seleme, Irineu Colombo, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Joel Coimbra e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Com fulcro no art. 53, incisos VIII e IX da Constituição Estadual do Paraná, a emenda é proposta com objetivo de clarificar o conceito de "funções de magistério", expressão constante da alínea b, do inciso III, do art. 35 da Carta paranaense, para efeito de incidência da aposentadoria especial por tempo de serviço.

Interpretações excessivamente literais, provenientes de pessoas desvinculadas do ensino, vem causando polêmica no meio do magistério, bem como revelando tendências de se considerar como "funções de magistério" somente aquelas exercidas em sala de aula, que envolvam quadro e pó de giz. Com isto, são alijados e prejudicados em seu tempo de serviço aqueles que se dedicam à direção de estabelecimentos escolares, faculdades e universidades, sendo eleitos pelas respectivas comunidades ou designados na forma da legislação específica, além do exercício de outras funções correlatas nas escolas ou no sistema de ensino.

A direção de estabelecimentos escolares não pode ser vista como uma penalidade, capaz de prejudicar o professor que a ela dedicar-se em tempo integral: é preciso, portanto, que se adote, em nível estadual, o conceito de atividade de magistério constantes, *mutatis mutandi*, do art. 32 da Lei Federal 5.540, ao tratar da reforma do ensino superior.

Com a promulgação desta Emenda Consti-

tucional, a Assembléia Legislativa estará, sem dúvida, contribuindo para a dignificação das relevantes funções do magistério público paranaense.

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº ATG 0233/95, do Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, encaminhando Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 1994, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 113/95, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 1996.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 51/95, que aprova abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHEITI

REQUERIMENTO Nº 827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Polan Filipkowski. Pessoa de

nossa estima e de muitos amigos, que com o seu passamento deixou uma lacuna entre os amigos e parentes.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a família enlutada, à Rua Antonio Vieira, 426 - Bairro São José, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor José Donatto de Souza, ocorrido dia 6 de abril de 1995.

Outrossim, solicita da decisão da Mesa, seja enviado cópia do requerimento à família enlutada, na pessoa da viúva Senhora Mercedes Andrella de Souza, residente na Rua Ferreira Correia, 415 - CEP: 84460-000 - Ivai, Paraná.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Armando Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de um veículo para a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Alto do Samba Novo Horizonte, em Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Salvador Caetano Silva, Prefeito Municipal de Iporã (Rua Pedro Alvares Cabral, 2677); a Vereadora Maria Aparecida Zago Udenal (Câmara Municipal de Iporã, Rua Pedro Alvares Cabral, s/n CEP: 87560-000); ao Deputado Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Comercial, conj. 101, Umuarama, CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se na necessidade da referida Associação contar com um veículo para proporcionar atendimento de emergência em casos de doença para conduzi-los a ambulatórios e hospitais, bem como, auxiliar os idosos quando necessitam de transporte para recebimento de suas aposentadorias.

A Associação em questão é composta de 276 sócios, sendo a grande maioria trabalhadores rurais volantes, empregadas domésticas e operários de baixa renda.

REQUERIMENTO Nº 825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de votos de parabéns à comunidade do Município de Primeiro de Maio, através dos Senhores Prefeito Municipal José Pedro Pedrinelli e Antonio C. P. Vieira, Presidente da Câmara Municipal pela comemoração do 44º aniversário do Município de Primeiro de Maio.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da comemoração do 44º aniversário do Município de Primeiro de Maio, aquela comunidade realizará diversas festividades para marcar esta importante data. Como Deputado da região não poderíamos deixar passar em branco este momento tão grandioso e especial ao povo de Primeiro de Maio.

REQUERIMENTO Nº 826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER envio de votos de congratulações à Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Roda (ABRADECAR), pela realização do I Campeonato Interclubes de Esportes sobre Cadeira de Rodas, a realizar-se em Curitiba, no período de 20 a 22 de abril do corrente ano.

Requer ainda que este requerimento seja enviado aos cuidados da ABRADECAR, à Rua XV de Novembro, 2765, Alto da XV CEP: 80050-000 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A importância deste evento que demonstra a garra e a luta dos atletas em defesa das cores de seus clubes é uma lição de vida.

Aos pessimistas, esta disputa, este convívio social, a nobreza com que é encerrada cada disputa traz lições preciosas aos de mal com a vida, aos derrotistas.

REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, o envio de votos de congratulações ao Senhor Nilo Klhen, Prefeito Municipal de Nova Tebas/PR, pela elaboração da Lei Municipal nº 148/95, dispondo sobre a criação de um Fundo Rotativo nas Escolas Municipais do referido município. E que o mesmo seja comunicado ao homenageado.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Capitão Leônidas Marques pelo transcurso de seus 31 anos de Emancipação Política, no próximo dia 28.04.95.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Decio Dallabrida, ao vice-Prefeito Senhor Altair Zeniewz, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 28 de abril, o Município de Capitão Leônidas Marques irá comemorar seus 31 anos de Emancipação Política.

Portanto, com esta proposição queremos parabenizar o povo sincero e amigo da cidade de Capitão Leônidas Marques.

O aniversário de Capitão Leônidas Marques diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e a ela devotamos toda a nossa energia.

Ao contentamento de toda a população, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento, homenagem esta que é extensiva aos seus administradores de todos os tempos.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que a população de Capitão Leônidas já conquistou ao longo desses anos, com trabalho e dedicação e o respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade satisfatoriamente irá se transformar em realidade.

É, portanto, na significativa data que marcará a passagem de seu 31º aniversário que toda a população e seus administradores merecem o aplauso deste Poder, por nosso intermédio, na certeza de que continuará com a mesma garra para o desenvolvimento cada vez maior do município.

REQUERIMENTO Nº 817

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de colocar mais ônibus que têm parada no Terminal do Afonso

so Pena.

O pedido está sendo feito pelos usuários desses ônibus, os quais afirmam que há poucos carros que atendem a população de São José dos Pinhais e Curitiba, causando superlotação e muitos transtornos.

Sala das Sessões, em 18.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 818

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de proceder fiscalização no terminal do Maracanã - Colombo, tendo em vista a desordem que há no local, principalmente no embarque e desembarque dos Rápido-Metropolitanos.

O pedido está sendo feito pelos usuários do terminal, uma vez que vários transtornos são causados a todos.

Sala das Sessões, em 18.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 819

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de providenciar iluminação pública nas Ruas Rio Guaporé e Santo Antonio, localizadas na Vila Bela Vista, em Colombo, uma vez que as mesmas não dispõem desse benefício e à noite a escuridão é total.

O pedido está sendo feito pelos moradores daquela localidade devido estarem todos apreensivos pois todas as pessoas que necessitam voltar à noite para as suas casas estão propensas ao perigo que a escuridão proporciona.

Sala das Sessões, em 18.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 820

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de executar a limpeza da Rua Ciro Parolim, localizada no Jardim Social, tendo em vista que a mesma encontra-se cheia de mato. É necessário também que esta rua seja reparada pois há muitos buracos, atrapalhando o tráfego de pedestres e veículos.

Sala das Sessões, em 18.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Hermas Brandão, MD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a readequação da estrada Pereirinha, no Município de Douradina.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos Senhores Vereadores Herminio França, José Gonçalves, João Batista, João de Abreu, Adonias Alves e Helio Corsini (Câmara Municipal de Douradina, Av. Rio Branco, 320 CEP: 87.485-000) e Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, Ed. Centro Comercial, Conj, 101, 1° andar, Umuarama CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A estrada em questão pertence a uma região extremamente agrícola, necessitando de readequação para facilitar o escoamento da safra, bem como o acesso de seus moradores.

REQUERIMENTO N° 822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Armando Raggio, MD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de um veículo usado para a Associação dos Moradores da Vila Operária - Novo Caminho, no Município de Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Salvador Caetano Silva, Prefeito Municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); a Vereadora Maria Aparecida Zago Udenal (Câmara Municipal de Iporã, Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP: 87.560-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, Ed. Centro Comercial, Conj, 101, 1° andar, Umuarama CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 18.04.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se na necessidade da referida Associação contar com um veículo para proporcionar atendimento de emergência em casos de doença, conduzindo os doentes a ambulatórios e hospitais para tratamento de saúde em centros maiores.

A Associação desenvolve um brilhante trabalho de assistência aos moradores da localidade, sendo a grande maioria traba-

lhadores rurais, empregadas domésticas e operários de baixa renda.

REQUERIMENTO N° 823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Deni Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Icaraima ao Distrito de Santa Elisa no Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Senhor João de Paula, Prefeito Municipal de Icaraima (Av. H. Visóttto s/n, CEP: 87.530-000); Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717, CEP: 87.501-130) e Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, Ed. Centro Comercial, Conj, 101, 1° andar, Umuarama CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 18.04.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica do trecho em questão, é uma obra de grande importância para a economia local e da região, tendo em vista a precária conservação da estrada que resulta em inúmeras dificuldades que se antepõem ao setor de transporte de cargas, principalmente na época de comercialização da safra agrícola, bem como, o transtorno que a população enfrenta em dias de chuva.

REQUERIMENTO N° 830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Engenheiro Deni Lineu Schwartz, solicitando a implantação de lombadas na Rodovia PR-281, entre Agudos do Sul e Piên, no trecho compreendido entre os Km 20 e 21, em virtude da ocorrência de constantes acidentes e atropelamentos, com inúmeras vítimas fatais. No referido trecho, existem várias residências e uma escola pública, obrigando os moradores e estudantes (crianças), a atravessarem a rodovia enfrentando um tráfego intenso e perigoso.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO N° 833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Transportes -

DER, solicitando a construção de uma ponte sobre o rio Ivaí, que liga os Municípios de Prudentópolis e Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) JOÃO TECHY

JUSTIFICATIVA:

A solicitação é uma reivindicação antiga dessas comunidades, haja vista, que a ligação entre elas é feita precariamente por uma balsa no rio Ivaí, dificultando o intercâmbio de escoamento da produção agrícola e pecuária daquela região.

As localidades em questão estão a cerca de 70 km do centro urbano do Município de Prudentópolis, frisando que a ligação pretendida viabilizará acesso rápido ao Norte do Estado.

O projeto também visa melhorar as condições do fluxo de veículos, considerando que do rio Ivaí ao asfalto para o Norte, teríamos apenas 4 km de distância (acesso pela localidade de Tereza Cristina), melhorando a oferta de transporte coletivo.

REQUERIMENTO Nº 836

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à família do Sr. Edilson Macre Oliveira, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 15 de abril de 1995.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) EDGARD BUENO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Edilson Macre de Oliveira era vereador em Palotina. Foi candidato a Deputado Estadual em 1994, quando, apesar de não ter sido eleito, obteve votação expressiva na região. Era pessoa de grande estima e consideração para a população paranaense, onde deixará grande saudade.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 114

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapejara D'Oeste, com sede e foro neste Município do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.95

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapejara D'Oeste é mantenedora da Escola Especializada Pequeno Príncipe

que atende 40 alunos portadores de deficiência mental, atendendo educação precoce, escolaridade, iniciação para o trabalho e treinamento básico.

Habilitar, reabilitar, reeducar e profissionalizar os portadores de deficiência, visando a integração do portador de deficiência mental à sociedade é trabalho incansável da APAE, haja vista a municipalidade não oferecer outro tipo de atendimento a esta parcela da população.

Além de manter a Escola, a APAE cumpre religiosamente todos os seus objetivos estatutários.

Para que possa conseguir maiores recursos para esse relevante trabalho, entendendo a necessidade de sua Utilidade Pública Estadual.

Atendendo a requerimento do Deputado Orlando Pessuti e aprovado pelo Plenário nós vamos ouvir a palavra do Dr. Dick de Geus, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, do Sr. Eugênio Stephanelo representante da Conab e Ernesto Capozzi do Banco do Brasil.

Designo o Deputado Orlando Pessuti para fazer a saudação inicial.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Deputado Anibal Khury, Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti, Secretários que compõem a Mesa de honra da Assembléia, Srs. Deputados.

É uma satisfação que a Assembléia do Paraná possa contar, hoje, nesta primeira parte da nossa Sessão de trabalho durante o Horário do Pequeno e Grande Expediente, portanto, nesse espaço de uma hora reservada ao pronunciamento dos Srs. Deputados, possamos contar entre nós com a presença de Lideranças no setor produtivo do nosso Estado aqui representadas pelo Presidente da OCEPAR - Dr. Dick Carlos Geus, possamos contar com a presença de personalidades da área governamental, da área pública seja ao setor de crédito, seja ao setor de comercialização, armazenagem dos produtos agrícolas na pessoa do Dr. Eugênio Stephanelo, ex-Secretário de Agricultura do Paraná, hoje integrando os quadros da Companhia Nacional de Abastecimento CONAB e na pessoa do Ernesto Capozzi Superintendente do Banco do Brasil aqui no Estado do Paraná com sede na cidade de Curitiba.

É necessário que nós, neste momento, ao saudar os dignos visitantes que muito nos honram com as suas presenças e que tenhamos certeza, de seus pronunciamentos, poderemos nós, Deputados Estaduais, termos os esclarecimentos necessários e suficientes para que possamos prosseguir na nossa luta, na nossa caminhada em defesa do setor produtivo do nosso Estado, do nosso País. Na defesa, enfim, daquilo que talvez seja um dos pontos mais importantes da

nossa pátria que é a produção agropecuária. E foi por esta razão, atendendo ao apelo destas lideranças que nós na condição de Presidente do Bloco Agropecuário ouvindo e consultando o Presidente Anibal Khury havemos por bem apresentar e foi por unanimidade em plenário aprovado, um Requerimento para que pudéssemos, hoje, ouvirmos as Lideranças do setor produtivo e ouvimos as lideranças ligadas ao governo acerca dos problemas, acerca das soluções, acerca, enfim, de tudo aquilo que envolve o setor produtivo, o setor agropecuário do nosso país.

Quero em meu nome pessoal e em nome da Assembléia Legislativa, saudar e agradecer aos nossos visitantes, agradecer aos Srs. Deputados que comparecem em grande número a esta Sessão e agradecer a presença também dos meios de comunicação do nosso Estado que, certamente, serão o veículo de ligação entre aquilo que hoje aqui for esclarecido, anunciado e à opinião pública de modo geral.

Diante disso, mais uma vez, agradeço a presença dessas Lideranças aqui, hoje, e agradeço às demais pessoas que os acompanham. E queremos, realmente, que os Srs. Deputados ouçam as exposições que serão aqui feitas e se depois tiverem a necessidade de maiores esclarecimentos, tenho certeza que o Presidente Anibal Khury concederá o tempo que for necessário para que possamos fazer as perguntas para que os esclarecimentos possam, ainda mais, contribuir para que possamos formar em definitivo uma opinião.

Era isso, Sr. Presidente, e a partir de agora teremos o brilhantismo das palavras dos nossos dignos visitantes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, a fim de disciplinar os trabalhos desta Sessão, vai conceder a palavra ao Dr. Dick de Geus para fazer a sua exposição inicial.

Após a exposição, os Senhores Deputados poderão dirigir perguntas ao nosso orador.

Concedo a palavra ao Sr. Dr. Dick de Geus, Presidente da Ocepar.

O SR. DICK DE GEUS - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa Legislativa do Paraná; Exmos. Srs. Deputados, Sra. Deputada.

É com imensa alegria que compareço nesta Tribuna, pela primeira vez, na minha vida para falar perante os Deputados do meu Estado. Infelizmente a mensagem que vou trazer, as informações que vou deixar aqui não são aquelas que eu desejaria transmitir aos Senhores, porque realmente o Paraná passa por momentos muito difíceis. Gostaríamos de falar sobre investi-

mentos das Cooperativas no Estado, investimentos em agroindústria, investimentos no campo, que são totalmente viáveis, mas em função do momento em que vivemos nós teremos que esperar uma definição melhor do nosso Governo Federal, principalmente.

Para sermos mais sucintos, Sr. Presidente, Deputado Pessuti, nós gostaríamos de fazer uma leitura para que possamos abranger todas as dificuldades que os produtores do Paraná estão enfrentando.

(LE):

"Em defesa do Paraná

Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Excelentíssima Senhora Deputada e Senhores Deputados,

Por mais industrializado que seja, o Paraná é um Estado extremamente dependente de sua economia agrícola. Aqui bem poderíamos aplicar a frase que ficou famosa por ter sido afirmada, pela primeira vez, pelo presidente americano Franklin Delano Roosevelt, segundo a qual, "Se as cidades acabarem, os campos permanecerão; mas se os campos morrerem, as cidades também morrerão".

O fato é que as cidades do Paraná tem seu dinamismo econômico atrelado à potencialidade da agricultura. Quem vem do interior conhece a afirmação popular nas cidades onde se diz: "Se a agricultura vai bem, tudo vai bem". Mesmo grandes cidades, como Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Curitiba, são interdependentes do sucesso da agricultura. As grandes indústrias produzem máquinas, tratores e outros insumos que vão abastecer o campo; se por algum motivo a atividade primária sofre um revés, há uma repercussão imediata no nível de emprego nas cidades, como acaba de ocorrer em Curitiba, onde a New Holland Latino Americana acaba de demitir mais de 300 empregados. Estima-se que o agribusiness paranaense seja responsável por 50% do PIB do Estado, o que demonstra a importância da agricultura como fator de dinamismo dos demais setores econômicos.

Mas no momento o setor agropecuário brasileiro, apesar de estar colhendo uma safra recorde de grãos, atravessa um momento de extrema gravidade por uma razão muito clara, cristalina, que as autoridades maiores da nação parecem não compreender: enquanto a TR corrige os custos dos financiamentos agrícolas em 27%, os preços dos produtos permanecem sem correção. As Senhoras e Senhores Deputados devem ter em mãos um estudo que solicitamos fosse distribuído, que mostra a perversidade da atual política de correção dos financiamentos pela TR. Vamos dar um exemplo mais claro do que isso representa: em 09.01.93 um agricultor financiou uma colheitadeira, ao custo de 55 mil dólares; hoje 26 meses

depois, esse mesmo agricultor, apesar de ter pago 53.213 dólares, ainda deve 75.590 dólares, valor a ser pago nos próximos três anos. Com isso, a colheitadeira custará ao produtor 125.803 dólares.

Se somarmos à TR o efeito da queda dos preços dos produtos agrícolas entre julho de 94 a março de 95, teremos uma perda real de 36,44% no arroz; de 47,08% no milho e 43,04% na soja.

Que prova mais queremos da imoralidade do atual sistema de crédito rural?

Apenas 25% dos agricultores paranaenses buscaram na equivalência-produto a solução a seus problemas. Os demais, 75% estão sujeitos às aberrações do alto custo dos financiamentos, agravados sobremaneira pela TR.

Os problemas do campo não terminam aqui. Não bastasse o efeito TR sobre os financiamentos, o câmbio, que já esteve 15% defasado em relação ao dólar, continua agravando o quadro de dificuldades dos agricultores, de suas cooperativas e indústrias. Se somarmos TR, câmbio, juros, adicional de Proagro e impostos veremos que a renda do agricultor é negativa na maioria das vezes. Sei que alguns dos Senhores Deputados desenvolvem atividades agrícolas e conhecem com profundidade os problemas do setor. E conhecem muitos agricultores cuja receita da venda da produção será insuficiente para pagamento dos compromissos financeiros porque o Governo Federal, que prometeu prioridade à agricultura, adota uma política suicida e maltrata aqueles que provavelmente mais confiaram no novo presidente.

Até hoje o governo não se mostrou sensível para solucionar problemas com o PROAGRO remoção de produtos dos armazéns das áreas produtoras, e importações desordenadas. Enquanto o país tem um estoque superior a 10 milhões de toneladas, continua importando alimentos, sem efetuar controle, contribuindo para depreciar ainda mais os preços dos produtos, obrigando-se com isso a adquirir parte da produção.

Nós até imaginamos que em alguns setores do próprio governo se trama contra os produtores rurais, divulgando dados irreais do montante da dívida, falando em subsídios e calote, quando o que está havendo na verdade é uma apropriação indébita através de um artifício chamado TR, estabelecido para resolver problemas do próprio governo. Quem acompanhou o noticiário referente à derrubada da TR pelo Congresso não sabe se o fim da TR causará uma diferença, nas contas, de US\$ 2,4 bilhões, segundo divulgação efetuada pelo Ministério da Agricultura, ou de US\$ 18 bilhões, segundo dados de setores financeiros do próprio governo. Somos muito sinceros

quanto ao que algumas autoridades chamam de calote: os cerca de 1.227 devedores, se realmente forem caloteiros, devem ser cobrados na justiça.

Mas, o que vemos no momento não é calote, é a real impossibilidade de pagar dívidas corrigidas por índices injustos para o padrão de receita da agropecuária. Se fossem inadimplentes por má fé, milhares de agricultores dos Estados produtores não teriam se reunido para protestar contra a falta de cumprimento, pelo governo, da Lei Agrícola e de suas promessas de campanha. Como disse em artigo escrito recentemente o deputado federal Delfim Neto, "com perdão da palavra, caloteiro, mesmo é o governo".

Enquanto na Europa se subsidia cada vaca leiteira em mais de 2 mil dólares por ano, aqui se abandona o agricultor à rapinagem financeira imposta pelo próprio governo, e se desestimula a produção interna de alimentos. Perguntaria aos senhores: porque essa diferença que cheira discriminação? É uma diferença de consciência sobre a importância econômica da produção de alimentos, que gera divisas renováveis e tem capacidade de multiplicar o PIB agrícola pela geração de empregos no campo e nas cidades. Lá fora sim a agricultura é reconhecida como o elo que não interrompe a roda da fortuna, pois há todo um complexo que vem antes e depois do gesto da semente lançada ao solo.

Vamos recheiar nossa conversa com mais um número impressionante: nos últimos quinze anos o volume de recursos para a agricultura caiu de US\$ 28 bilhões de dólares/ano para menos de US\$ 7 bilhões. Essa fria diferença esconde a feroz descapitalização do setor agropecuário, de suas empresas e cooperativas que procuraram, sem condições, substituir o governo no papel de financiador da produção. Estima-se que o volume de recursos para financiar a produção hoje deveria ser, acompanhando a projeção baseada no volume liberado em 1980, de 42 bilhões de dólares.

Alguns até podem perguntar se nos demais países do mundo o governo também financia a produção nos mesmos moldes aqui praticados. A resposta é que todos os países mais desenvolvidos do mundo dão uma importância fundamental à agricultura e continuam lançando mão de subsídios que chegaram a US\$ 330 bilhões de dólares em 1990. O trigo europeu, por exemplo, custa na lavoura US\$ 230,00 dólares por tonelada, mas tem sido vendido inclusive ao Brasil a preço inferior a US\$ 150,00 dólares.

Não é novidade o protecionismo americano contra nosso suco de laranja, e o europeu, que sobretaxa nossos frangos para

proteger a produção interna. Além disso, os nossos concorrentes mantêm sistemas de crédito subsidiado que, em alguns casos, estabelecem juros de 2% para financiamento da telefonia e eletrificação rural, com prazo de pagamento de 45 anos, como ocorre nos EUA.

Nesses países as cooperativas de crédito são admitidas e incentivadas, pois podem substituir o governo na alocação de quase todos os recursos demandados pela agricultura. Foi assim que o banco cooperativo Credit Agricole, da França, se tornou o maior banco agrícola do mundo, com aproximadamente 15 mil postos de atendimento; na Holanda, o Rabobank, outra cooperativa de crédito, movimenta cerca de US\$ 90 bilhões de dólares/ano; e na Alemanha, a organização Raiffeisen, com 19.500 postos de serviços, sustenta o crescimento do campo.

Nos Estados Unidos, país que tem um eficiente sistema bancário, as cooperativas de crédito sobrevivem em igualdade de condições com os demais agentes financeiros, somando quase 20 mil agências bancárias. Nossos parceiros de MERCOSUL, especialmente Argentina e Uruguai, têm incentivado o crescimento das cooperativas de crédito nos setores urbano e rural, uma das quais inclusive realizou parceria com um banco paranaense.

No Brasil, infelizmente técnicos do governo, talvez dando ouvidos ao forte lobby financeiro, não se mostram favoráveis ao crescimento das cooperativas de crédito. A última prova disso ocorreu no fim do ano passado quando aprovamos, em assembléia realizada na OCEPAR, a constituição do banco de cúpula do sistema, pois a legislação o permitia naquele dia.

No entanto, uma semana depois, o banco central publicava novas normas que pareciam ter sido encomendadas com o único propósito de impedir o surgimento, no meio agrícola, de um banco que daria suporte ao setor.

No nosso entendimento, afetam não apenas a agricultura, mas o Paraná como um todo, um Estado de vocação agrícola e agroindustrial. Temos consciência que o caminho do pleno desenvolvimento do Paraná é a agroindústria, transformando aqui os produtos primários, e a indústria de insumos e máquinas. Temos agricultores profissionais por opção, uma terra generosa, com climas bem distintos que permitem a ampla diversificação na produção de alimentos vegetais e animais.

Temos ainda o que determina o sucesso do empreendimento agropecuário, que é a tecnologia, hoje gerada em centros de excelência, como o IAPAR, (do governo do Estado), a EMBRAPA (Governo Federal) e o Centro de Pesquisa da OCEPAR, mantido pe-

las cooperativas.

Detemos o essencial para produzir, mas não conseguimos superar as barreiras que inviabilizam a produção. Eu falo das barreiras políticas impostas por quem comanda a economia.

Nós estamos aqui hoje, em nome de 150 mil agricultores cooperativistas, responsáveis por um PIB de aproximadamente US\$ 5 bilhões de dólares, com o objetivo de pedir às senhoras e senhores deputados ajuda para defender o Paraná. Independente de partido político, faço um apelo para que esta Assembléia Legislativa estude forma de mobilização para que possamos reverter o atual descaso das autoridades federais para com a agricultura brasileira é consequentemente do Paraná. Se queremos evitar o êxodo rural e aumentar a receita dos municípios, principalmente dos pequenos e médios, temos que defender com intransigência a execução de uma política agrícola real.

Talvez muitas das senhoras e senhores deputados não saibam, mas o Paraná já produziu 3,2 milhões de toneladas de trigo. Na última safra, a produção foi de apenas 1,100 mil. Essa redução na produção gera o desemprego de 70 mil pessoas e uma sangria de US\$ 315 milhões de dólares no PIB do Paraná. Problema semelhante ocorreu com o algodão, cujas repercussões sociais são por demais conhecidas desta casa. As importações geraram uma redução de 60% na área de plantio, desempregando mais 70 mil trabalhadores no Paraná e gerando redução de receita de US\$ 230 milhões de dólares aos produtores e US\$ 30 milhões em ICMS ao Estado. Essa política suicida do governo federal causou um estrago considerável ao Estado: tirou 140 mil vagas dos trabalhadores rurais, reduzindo a arrecadação em US\$ 70 milhões de dólares, dinheiro que permitiria assentar, aos atuais custos do INCRA, mais de 2.300 agricultores sem-terra.

São números que não podemos ignorar. São alguns dos problemas que se antepõem à nossa caminhada, que precisamos resolvê-los.

Essa é uma luta nossa, de agricultores, cooperativas, prefeitos, homens de governo e especialmente da Assembléia Legislativa. É uma luta em defesa do Paraná, de nosso desenvolvimento presente e da garantia de um futuro melhor. Temos que reverter essa tendência de queda de nossos índices de desenvolvimento, pois temos um grande potencial de crescimento.

É urgente a conjugação de esforços para superarmos as dificuldades com o objetivo de construir um novo Paraná. Sós, não somos nada. Juntos teremos a força necessária para nos posicionarmos política e economicamente.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados podem dirigir perguntas ao Orador.

Concedo a palavra ao Sr. Eugênio Stephanelo, representante da CONAB.

O SR. EUGÊNIO STEPHANELO - Sr. Presidente desta Casa, demais Deputados, Senhora Deputada aqui presente, meus caros companheiros que militam na agropecuária, companheiros da imprensa, Senhoras e Senhores.

Venho nesta Casa, neste dia, representando o superintendente da CONAB do Paraná em Santa Catarina Dr. José Vicente Elias que por motivo de viagem ao vizinho Estado de Santa Catarina não pôde, aqui, comparecer. Mas, pediu-me que viesse prestar todas as informações que esta Casa deseja sobre a questão da safra agrícola e as providências que foram tomadas ou que deixaram de ser tomadas em função da conjuntura interna estadual e federal. A situação da agropecuária, de fato, é difícil no presente momento.

Temos uma safra nacional de pouco mais de 80 milhões de toneladas de grão, dos quais o Paraná é o primeiro produtor com 14 a 15 milhões de toneladas. Esta safra de grãos que é grande se comparada ao atual mercado mas é pequena se comparada ao mercado potencial de todos os brasileiros, foi ainda dificultada pelas importações facilitada pela taxa de câmbio baixa e pelos prazos de pagamentos até 360 dias com juros internacionais baixos. E estas importações aumentaram a oferta interna dos produtos.

Agrava ainda a situação da agricultura, a alta tributação incidente sobre o setor agrícola, pasmem os Senhores, é a mais alta carga do mundo e esta tributação elevada junto com o alto custo da comercialização devido às deficiências da infra-estrutura de transporte, armazenagem etc., elevam os preços para o consumidor e reduzem os preços para o produtor. Porque a intermediação dificilmente reduz as suas margens. E ainda essa alta tributação e este alto custo Brasil das infra-estrutura de apoio à produção e à comercialização reduz a potencialidade do Brasil em colocar os seus produtos no exterior.

Por sua vez o custo do crédito, que é a TR mais juros, está provocando uma evolução deste custo superior à evolução dos preços de mercado da maioria dos produtos agrícolas, com exceção do algodão. Como consequência os produtores estão numa dificuldade enorme para pagar, obviamente, as suas dívidas dada esta evolução dos custos numa taxa superior à possibilidade da receita que os produtores podem fazer,

mesmo vendendo uma boa safra porque os preços de mercado estão deprimidos. A CONAB é responsável pela normatização da política de garantia de preços mínimos executada pelo Banco do Brasil, prioritariamente, na parte do EGF também pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Mas é importante que se diga que a política de preços mínimos, bem como, a política agrícola de uma forma em geral só pode ser executada com eficiência se no Orçamento nacional tiverem recursos alocados para estas políticas. Se não tivermos recursos alocados no Orçamento Geral da União para estes setores não há como executar uma política, principalmente a partir do ano de 1990 quando o Orçamento Geral da União é aprovado, discutido e aprovado, pelo Congresso Nacional e não mais cancelado como era anteriormente.

Qual é a situação que hoje nós temos no Estado do Paraná em relação à safra, armazenagem e as medidas que a CONAB tomou para minimizar um pouco esta situação. Como já disse aos senhores a produção de grãos, nesta safra, está entre 14 e meio a 15 milhões de toneladas das quais somente a soja e o milho são responsáveis por quase 13 milhões de toneladas. Por sua vez a capacidade de armazenagem existente no Estado, cadastrada, é de 18 milhões e 300 mil toneladas, sendo 13 milhões e 800 mil toneladas armazéns graneleiros e 5 milhões de toneladas armazéns convencionais. Estes armazéns convencionais possibilitam armazenagem da safra de arroz, de feijão, de algodão e de farinha e fécula de mandioca, sem muitos problemas, a não ser um problema localizado na região de Paranavai. O grande problema reside no setor de grãos, onde a capacidade de armazenagem de 13 milhões e 300 mil toneladas é insuficiente para armazenar a atual safra de milho e soja somados a estoques remanescentes de safras anteriores.

Falando de estoques remanescentes de safras anteriores, temos aqui no Paraná como estoque de safras anteriores, 300 mil toneladas de trigo e 110 mil toneladas de milho, ou seja, 410 mil toneladas de produtos. E temos em EGF das safras anteriores em torno de duas milhões de toneladas de milho e trigo. O produto em EGF desde dois anos atrás é responsabilidade dos agentes financeiros, obviamente, enquanto em EGF.

Esta situação de safra abundante somada a estoque de safras anteriores fazem com que de fato não se tenha uma capacidade de armazenagem graneleira, repito, suficiente para receber toda a safra com todas as condições.

Ainda é importante citar que a capacidade graneleira credenciada a operar com a política de preços mínimos soma 7 milhões

e 100 mil toneladas, porque o restante são armazéns que podem armazenar produtos a granel, mas não tem os equipamentos necessários, principalmente de aeração e termometria para possibilitar a guarda da produção com eficiência.

Sei que os senhores dirão: mas por que nesta época não se credencia todos os armazéns de forma aberta? Efetivamente é um problema difícil porque a CONAB até há pouco tempo atrás vivia nas páginas policiais dos jornais sendo acusada de perdas de produtos armazenados em armazéns não com as condições muito adequadas e se ela aperta um pouco a situação de armazenagem para impedir a perda do produto armazenado que afinal de contas foi comprado com dinheiro de impostos de toda a população nós temos estes problemas.

No entanto é importante que se diga para resolver este problema a diretoria da CONAB, junto, em Brasília, junto com a CONAB aqui do Paraná adotaram um programa agressivo de credenciamento emergencial de armazéns, que inclusive está sendo até criticado as vezes por outras fontes não ligadas a agropecuária, porque considerando que era um dever nosso buscar o máximo possível abertura de espaços solicitamos as Cooperativas, a CODAPAR e a todos os armazéns privados que tivessem condições de armazenar produto mesmo sem condições de aeração e termometria que solicitasse o credenciamento emergencial. Cento e quarenta e sete armazéns solicitaram, cento e quarenta e sete pleitos foram encaminhados a Brasília e dos quais mais de cem hoje já foram autorizados a armazenar produtos emergencialmente, aumentando com isto a capacidade de armazenar em mais de um milhão e 300 mil toneladas.

Outra medida adotada pela CONAB foi a tentativa de solução das pendências passadas. Alguns armazéns que desviaram produtos foram descredenciados a operar com a política de preços mínimos e mesmo assim mediante a troca de fiéis depositários e mediante ajuste, acerto das pendências foi tentado recredenciar novamente essas unidades para aumentar o espaço de recebimento da safra. Outra medida para abrir espaço ao recebimento da safra foi a venda de trigo das safras anteriores.

Já vendemos 140 mil toneladas de trigo de safras anteriores em leilões semanais que estão sendo efetuados desde o mês de fevereiro, e também foram vendidos 160.000 toneladas de milho no final do ano passado visando abrir espaço. Agora não dá para vender milho porque seria uma incoerência já que os produtores estão colhendo safra. Então, o único produto que pode ser vendido este ano para abrir espaço é o trigo e isto está sendo feito semanalmente. E estas cento e quarenta mil toneladas que fo-

ram vendidas de trigo, está se solicitando aos moinhos um trabalho quase que pessoal e direto de todos os funcionários e da diretoria da CONAB para que tirem o mais urgente possível dos armazéns visando abrir espaço.

Também outra medida adotada foi a remoção de produtos, embora o Governo tenha muito pouco recursos para remoções, já foram removidas neste ano sessenta mil e duas toneladas aqui no Paraná, sendo quarenta e oito mil e quinhentas toneladas de trigo e treze mil e setecentas toneladas de milho que foram realocadas, retirando esse produto dos armazéns coletores situados na zona de produção, e colocando esse produto em armazéns intermediários, fora da zona de produção para poder, digamos, pelo menos abrir um pouco mais de espaço nos armazéns coletores, localizados mais diretamente junto aos produtores.

Obviamente que a necessidade de remoções é maior, mas é importante que se diga que muitos desses produtos que são solicitados remoções são produtos ainda em EGF. E neste caso, ou então se agrega este custo a conta gráfica do EGF, ou então obviamente ainda o detentor do produto faria a remoção as suas expensas, o que neste momento é uma incoerência já que as cooperativas e os próprios produtores estão com uma situação de receita muito difícil.

Outra medida que foi adotada foi a extensão do EGF para a indústria, com isso a indústria tem condições de aumentar a demanda de produtos, embora é importante que se diga que a própria indústria está exercendo o seu papel no presente momento, se ela sabe que tem uma grande safra e se ela sabe que os juros são elevados obviamente ela só compra produto da mão para a boca, atendendo a necessidade diária, e nada mais. Com isto transferindo o ônus do carregamento do estoque para os produtores e para as cooperativas. E ainda em muitos casos a indústria tem ainda disponível a importação aberta porque lamentavelmente o setor agrícola é o setor mais competitivo deste País e é o setor que tem as alíquotas de importação ainda mais baixas, quando não zeradas, e isto faz com que muitos Países, inclusive com que subsidiem as suas exportações, provoquem um desfavorável efeito de depressão de preços para os nossos produtores, atendendo parcelas da oferta, parcelas da demanda interna de produtos, substituindo produção nacional.

Outra medida foi a abertura de novos espaços, principalmente junto àqueles armazéns do ex-IBC, que até em boa parte estavam sendo usados para outras finalidades. A CONAB do Paraná numa atitude até agressiva, e apoiada pela diretoria de Brasília, solicitou, reivindicou que unidades armazenadoras do ex-IBC pudessem ser

abertas neste momento para fazer a armazenagem de produto em piscina, e com isto também abrindo espaço a mais para o recebimento da safra. E duas unidades dessas, Palmeira e Rolândia, já foram abertas, e outras unidades estão sendo abertas.

A CONAB também está permitindo para racionalizar espaços a mistura de safras, de milho principalmente, está se permitindo a mistura de safras porque seria uma incoerência se manter uma, duas, três toneladas, quatro mil toneladas de produtos num armazém graneleiro que tem capacidade para sete, oito, dez mil toneladas. Então, permitindo a mistura de safras, embora isto a gente sabe, às vezes pode gerar uma situação difícil, mas no presente momento, com fiscalização, e a CONAB desde julho do ano passado, passou a fiscalizar mensalmente seus estoques e é por isso que reduziu, drasticamente, as perdas que antes ocorriam. Então com esta atitude achamos que tendo uma boa fiscalização se pode tranquilamente autorizar, numa emergência, uma mistura de safras, acho que é uma atitude coerente, racional.

E finalmente, a última tentativa que nós buscamos no Paraná, para abrir espaços e melhorar a situação do recebimento da safra, não foi conseguida.

Queríamos e solicitamos ao Governo Federal para retirar milho do Paraná, umas 100.000 toneladas, mais ou menos, que é o estoque que nós temos em AGE, retirar para o Nordeste, usando ferrovia para descer até o Porto de Paranaguá e a cabotagem para levar este produto até o Nordeste.

Mas, pasmem os Senhores os próprios governadores do Nordeste foram radicalmente contra esta medida porque preferem arrecadar ICMS sobre produto importado.

Isso é importante que se diga, porque às vezes, o público não conhece estas situações em toda a sua extensão, e é importante que se diga esta situação contrária que foi colocada.

Nada temos contra nossos irmãos do Nordeste, o Brasil é um só, mas acho importante se priorizar, primeiro, o abastecimento das regiões do Brasil, com produto nacional do que com produto importado.

E quem sabe esta arrecadação a mais de ICMS buscada, pudesse ser compensada de outra maneira. Essas providências que foram tomadas, sei que não são suficientes, o problema é amplo, é grande, mas apenas queremos, com isto, mostrar que a CONAB do Paraná e do Brasil, obviamente, junto com o Ministério da Agricultura, não estão totalmente parados.

Estão tentando adotar as soluções possíveis, visando atender este problema da grande safra que está sendo um último detalhe, os dados da Secretaria da Agricultura do Paraná, mostram, que de fato, os

produtores neste ano, principalmente no Paraná, deverão ter uma redução da receita de aproximadamente 20%.

Isto faz-nos pensar, porque se os produtores tiverem redução de receita eles reduzem a capacidade de investimento próprio e o reflexo disso, fatalmente, vai ocorrer nas safras futuras com redução da produção, que é o que não queremos.

Porque o Brasil precisa de empregos e renda e isso só se consegue com maior produção.

Rapidamente, para não tomar muito tempo dos Senhores, estas são as medidas que a CONAB do Paraná, junto com a CONAB do Brasil tomaram para tentar amenizar a situação da grande safra e nos colocamos à disposição de todos os Parlamentares e desta Casa, principalmente que é a caixa de ressonância da população, e a qual nós devemos, por obrigação todas as explicações necessárias.

Porque afinal de contas os Senhores representam uma população e representando esta população têm todo o direito de saber as providências que estão sendo tomadas e as dificuldades que acontecem para as providências que por acaso os Senhores desejam e não puderam ser tomadas.

Colocamos à disposição sempre e agradeço, com muita honra o convite para a CONAB participar dessa Sessão, expondo sua situação sobre a safra paranaense, no presente momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perguntas livres.

O SR. TOTI COLÇO - Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar o Presidente da OCEPAR, Dick de Geus, toda sua equipe, e também o Doutor Eugênio Stephanelo pela presença nesta tarde na nossa Sessão.

Tenho duas indagações, a primeira é um esclarecimento um pouco melhor quando o ilustre palestrista colocava de que os Governadores do Nordeste não aceitaram uma proposta de que o Governo adquirisse cem mil toneladas de milho do Estado do Paraná em função de uma importação que estava sendo feita lá no Nordeste. Esta é uma explicação que eu gostaria de ter mais aprofundada.

E a segunda questão diz respeito à aquisição que fora anunciada pelo Governo Federal através do Ministro da Agricultura Senador José de Andrade Vieira, a respeito dos pequenos agricultores aonde o Governo estaria adquirindo de 100 a 150 sacas de milho e feijão, foi uma solução extremamente interessante anunciada recentemente. O que me chamou atenção há alguns dias após, é de que o Ministro teria dito no

Rio Grande do Sul de que seriam adquiridos no Rio Grande, em Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná, pelo menos na imprensa foi anunciado isso.

Nós daqui da Assembléia, eu particularmente, nos posicionamos e mandamos alguns expedientes solicitando que o Centro Sul do Paraná principalmente onde está concentrado talvez um dos maiores números de minifúndio, que é a região de Irati, União da Vitória, parte de Ponta Grossa, principalmente a região de Irati adiante onde estão localizados os pequenos agricultores.

A respeito deste assunto gostaria que Vossa Excelência pudesse trazer alguns esclarecimentos a esta Casa.

O SR. EUGÊNIO STEPHANELLO - Agradeço a questão levantada, até peço desculpa pois que estava anotado aqui na minha folha de papel e na minha rapidez passei sobre o assunto sem comentar.

Uma outra providência de fato adotada em relação ao milho isto é muito importante, é a aquisição emergencial de até 150 sacas de milho por mini ou pequeno produtor, este é um programa exclusivo para mini e pequenos produtores.

Produtores estes que sejam identificados através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou da Federação dos Trabalhadores Rurais que devem apresentar junto ao Banco uma declaração de que esta pessoa é mini ou pequeno produtor.

Este programa já foi instalado no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desde segunda feira da semana passada.

O Governo Federal já liberou 12 milhões de reais para os três Estados do Sul, sendo 4 milhões para cada estado.

No caso específico do Paraná, já na terça-feira da semana passada a Superintendência do Banco do Brasil distribuiu esses recursos para as agências, e estes quatro milhões de reais servem para adquirir 633 mil sacas de milho ao preço de seis reais e trinta e dois centavos a saca que é o preço mínimo.

Acredito que boa parte desse recurso já tenha sido utilizado pelos mini e pequenos produtores.

É importante que se diga que para o mini e pequeno produtor vender o milho basta que ele leve esse milho a um armazém credenciado a operar com a política de preços mínimos, pode ser a sua cooperativa, pode associação de produtores, pode ser qualquer armazém credenciado a operar com a política.

Ele vai receber um recibo depósito na entrega do milho no armazém, esse produto vai ser classificado pela CLASPAR e com o recibo-depósito e certificado de classificação e mais a declaração do seu sindicato

dizendo que ele é um mini e pequeno produtor ele vai ao banco e faz jus a este benefício.

Quanto a remoção de produtos para o Nordeste, é importante que se diga que os Estados do Nordeste pressionaram o Governo Federal para reduzir a Zero a alíquota do imposto de importação de milho para o Nordeste porque o milho dos Estados Unidos, por exemplo, ou da Argentina, chegaria mais barato aos portos do Nordeste do que o milho transferido, por exemplo, do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul ou do Brasil Central.

Mas também tem um dado adicional e importante: se o milho for transferido daqui, obviamente os Estados do Nordeste recebem apenas um crédito de ICMS, e se o milho for importado há o pagamento de ICMS.

E esta situação foi, inclusive, colocada pelos próprios governadores do Nordeste quando reivindicaram ao Governo Federal a alíquota zero do imposto de importação de milho.

Porque ao importar milho eles poderiam, também, ter uma arrecadação de ICMS. Apenas contra esse fato, que um técnico que trabalha no Governo Federal também, mas um técnico que trabalha no setor agrícola e quer ver a agricultura como um todo, é de uma opinião contrária.

Por que sou de uma opinião contrária?

Porque me parece que se nós temos milho sobrando em outras regiões do país, quem sabe pudesse, até, se subsidiar - se fosse o caso - a transferência deste produto para o Nordeste para atender o Nordeste em termos de suas necessidades, mas, com isto, privilegiando a produção nacional e não as importações.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Gostaria de saber quanto tempo o Senhor está na CONAB?

O SR. EUGÊNIO STEPHANELLO - Somando tudo, desde 1977.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Fiz-lhe essa pergunta até porque sou Líder do PSDB nesta Casa, que hoje é governo a nível Federal.

Mas algumas questões nos preocupam, até porque sou agricultor.

Sempre que vemos soluções são sempre soluções paliativas.

A cada safra vemos soluções paliativas. Por exemplo, essa questão de 150 sacas de milho para o micro e pequeno produtor, para nós que produzimos milho e muitos Deputados até não têm conhecimento porque não são da área. Isso equivale a uma área da minha região, especificamente aonde o milho é plantado com

alta tecnologia, equivale a uma área de meio alqueire. Então acho que isso, na verdade, é uma brincadeira, uma piada o que está sendo feito com a agricultura. A questão da armazenagem. A cada safra nós vemos o mesmo problema.

Como o senhor falava, nós temos, ainda, dois milhões de toneladas entre milho e trigo e também foi dito que houve uma redução muito grande da área de trigo plantada no Brasil. Quer dizer, estamos importando trigo e ainda temos trigo armazenado. O que nós não nos conformamos como agricultor e como representante dos agricultores no Estado do Paraná, é de que essas coisas vêm acontecendo a cada ano e não vemos uma política de longo prazo. Importamos produtos, em plena safra. E os produtos que estão armazenados e que poderiam servir de estoques reguladores na entre-safra que ajudariam, inclusive, o consumidor para baratear os preços - tivemos isso na safra passada, onde o milho estava acima do preço mínimo, e nesse período o Governo Federal não larga seus estoques no mercado ou larga muito pouco e isso a cada ano vem se repetindo.

Por essa razão pediria a V.Exa. que nos dissesse quais seriam os projetos, qual seria a programação da CONAB para os próximos anos. Porque não podemos ver, a cada safra, sempre o governo indo atrás de medidas paliativas que não resolvem os problemas da agricultura e deixando o agricultor desestimulado no Brasil.

O SR. EUGÊNIO STEFANELLO - No caso específico do trigo é público e notório, o Brasil já produziu 6 milhões e meio de toneladas de trigo, para um consumo naquele ano de 7 milhões de toneladas. Ou seja, quase auto-suficiente. Isto ocorreu em 89 se não me engano e de lá para cá a produção brasileira e paranaense de trigo só veio regredir, a tal ponto e o dado da OCEPAR é absolutamente correto. O Brasil na safra passada produziu 2 milhões e 200 mil toneladas para um consumo estimado de 8 milhões de toneladas. Isto significa dizer que estamos importando, hoje, 75% do nosso consumo. Aliás isto é até uma situação que classifico como de segurança nacional.

Acho que um país que queira ter segurança nacional não deve ter silos de bombas, deve ter silos com paióis, silos cheios de produtos agrícolas e no caso específico do trigo não há sombra de dúvidas de que em grande parte a produção nacional regrediu, fruto das importações com subsídios concedidos pelos países de origem, diga-se de forma muito clara, porque o preço de mercado internacional do trigo é um preço irreal, ele reflete subsídios principalmente de países da comunidade eu-

ropéia e Estados Unidos que exportam trigo.

Estes subsídios, quando não combatidos, reduzem os preços internacionais e a importação livre se reflete na redução dos preços internos. Ainda acresce o fato de que o prazo de pagamento do produto importado é 360 dias, era 360 dias, imaginem, então o moinho importava, vendia a farinha, girava com o dinheiro e depois de muito tempo ia pagar as importações efetuadas. Isto se tornava um ótimo negócio.

Não sou contra a que todos os setores busquem os seus negócios, mas acredito que é importante se verificar a questão até da segurança nacional em termos da produção de trigo. No caso específico do trigo a política é muito clara, aqui compete ao Governo Federal decidir se quer ou não quer produção de trigo nacional. E se quiser produção de trigo nacional nós temos que adotar uma política de crédito, uma política de preços mínimos, uma política de qualidade, não é possível os nossos produtores produzirem produtos sem qualidade, é importante uma política de qualidade do produto produzido. É importante ainda que se adote uma política em relação as importações, principalmente. Com isto nós teríamos uma condição de desenvolver o setor do trigo.

O SR. CEZAR SILVESTRI - E quanto a armazenagem?

O SR. EUGÊNIO STEFANELLO - Especificamente em relação, o senhor falou, quais as diretrizes da CONAB para o futuro? Se me permitisse eu colocaria a CONAB como um dos instrumentos da política agrícola. Na verdade o que nós precisamos é de uma política agrícola global que atenda a produção, a movimentação da safra, a guarda da safra, a distribuição das safras, a transformação industrial dos produtos, ou seja, nós precisamos de uma política, eu não diria apenas agrícola, mas uma política agroindustrial que contemple a produção agropecuária, o escoamento da produção, a transformação dos produtos que contemplam o agro-business de uma forma em geral.

Os pontos basilares de uma política agrícola, a meu ver seriam: uma política de crédito principalmente de investimentos, porque não há como aumentar a produção sem crédito de investimento, qualquer país do mundo que quer estimular a sua produção interna em qualquer setor adota uma política de crédito de investimento, qualquer país do mundo que quer estimular a sua produção interna em qualquer setor adota uma política de crédito, de investimento a médio e longo prazo, é necessário uma política de crédito de investimento de

médio e longo prazo, uma política de pesquisa agrícola que gere tecnologia e coloque a tecnologia à disposição dos produtores, é necessária uma política de defesa sanitária animal e vegetal de defesa agropecuária porque a qualidade dos produtos é importante tanto para a saúde da população interna quanto para o mercado exterior, não esqueçam que o mercado exterior hoje adota muito a barreira sanitária para tentar impedir a entrada dos nossos produtos nos seus mercados, vide o exemplo do frango agora aqui no Paraná que levantaram um problema de "new cast". "New cast" existe em todos os países do mundo.

Não há um país do mundo que produza frango que não tenha "new cast" e um caso ocorrido aqui no Paraná foi motivo da comunidade européia querer cancelar as importações do Paraná. Graças a Deus veio uma Comissão e verificou que a situação não era esta. Há pouco tempo a Secretaria da Agricultura, o Governo do Estado recebeu esta comissão.

É necessário ainda uma política de preços mínimos e de seguro agrícola. As duas políticas podem assegurar renda aos produtores. Renda aos produtores só se assegura com uma política de preços mínimos para os produtos básicos principalmente e uma política de seguro agrícola que assegure quantidade produzida. O PROAGRO não é uma política de seguro agrícola.

É necessário ainda toda uma política de infra-estrutura, e aí de novo nós caímos nos investimentos. Armazenagens, nós tivemos no passado um programa tipo PRONAZEM, mas nós não temos programas de investimento a médio e longo prazo para compensar o baixo retorno da armazenagem. Armazenagem não é uma atividade que dá retorno alto. Então, para o setor privado investir em armazenagem deve existir linhas de crédito de médio e longo prazo de investimento. Armazenagem a frio nós temos uma enorme deficiência, podem notar que aqui no Paraná mesmo os armazéns a frio, como na maioria do Brasil, são públicos, dada exatamente esta situação do custo da armazenagem e do baixo retorno. Nós precisamos informações de mercado agrícola perfeitamente divulgáveis e divulgadas para que os produtores possam ter as melhores informações possíveis. E obviamente ainda precisamos, isto é importante, quem sabe de uma estadualização e de uma municipalização de muitos desses programas porque efetivamente a agricultura acontece nos Estados e nos Municípios.

Tudo isto somado gerariam, precisamos ainda de uma redução da carga tributária sobre o setor agrícola, é crucial, a agricultura não pode continuar pagando o imposto que paga, pasmem os senhores, mais de 25% a 35% do preço final dos alimentos

é tributo na média do Brasil. Então, tudo isto teria que ser revisto dentro de uma nova estrutura de política agrícola votada pelo Congresso Nacional, é o Congresso Nacional que determina isso, e obviamente aí nós não teríamos o sobressalto que nós temos a cada safra. Mais um detalhe, o Brasil tem uma área agricultável de quinhentos e cinquenta milhões de hectares, explora cinquenta e cinco milhões de hectares com lavouras temporárias e permanentes e cento e oitenta milhões de hectares com pastagem, sendo metade pastagens naturais.

Portanto, nós exploramos duzentos e trinta e cinco milhões de hectares que é menos da metade da área agricultável do Brasil. O Brasil é um celeiro potencial? Sim. É um celeiro efetivo? Ainda não. Falta colocá-lo em produção. É por esta razão que a política agrícola se torna mais crucial, porque nós temos recursos, temos gente e temos mercado interno e externo. E se nós apoiarmos a produção agrícola nós teremos obviamente renda e emprego para todos os setores e não só para a agricultura propriamente dita, porque o agro-business é o segundo negócio da economia brasileira, o primeiro é um outro negócio, é petróleo, o segundo agro-business.

O SR. JOSÉ MARIA - Dr. Eugênio, nós o cumprimentamos pelas informações que traz a esta Casa, esta Casa que desde o início desta legislatura teve uma preocupação muito grande com relação aos problemas da agricultura, especialmente da agricultura e do milho que estamos vendo o agricultor colher uma grande safra e uma conta de prejuízo em bancos, depreciando o seu patrimônio, cedendo, perdendo, alienando, hipotecando. E com isso tudo ela se posicionou através dos seus Deputados. E o senhor que pelas informações que deu aqui ao nosso companheiro Silvestri já tem 18 anos de empresa, é um técnico com conhecimentos profundos, gostaríamos de saber por que o governo Federal não consegue estabelecer uma política que pelo menos possa armazenar adequadamente, por que tanto tempo perdeu-se com depósitos, perdeu-se com roubo, desvio, corrupção nos armazéns que eram, os produtos armazenados pela CONAB? E uma pergunta: a CONAB o Governo Federal conhecia a extensão da produção agrícola desta safra, há uma acusação dos produtores de que no final do ano, início desse a CONAB ainda fez um leilão de aproximadamente 100.000 toneladas de milho. Isso é verdade? E se for, nós não trabalhamos contra o nosso próprio agricultor?

Esta Casa ouve, de certa forma estabelecida, a colocação que o Governo Federal se subjugou à uma vontade dos governadores

do Nordeste, deixando de transferir o milho produzido no Sul do País, importando para que lá pudesse gerar ICMS. Não falta a definição política da questão agrícola? E tem fechado nela a decisão do interesse maior da Agricultura do Estado, do País?

Qual tem sido e se houve a ampliação da capacidade armazenadora, nos últimos 2 anos? O Sr. disse que foi estabelecido um crédito de 12 milhões de reais, sendo 4 para cada Estado e quanto já foi adquirido dos pequenos e mini produtores de milho, deste crédito, no Estado do Paraná?

O SR. EUGENIO STEPHANELO - Pois não.

Dos mini e pequenos produtores, destes 4 milhões eu não tenho o dado ainda. Quem sabe o Dr. Capozzi possa dar alguma informação. Os 4 milhões foram todos utilizados, isso significa dizer que 633 mil sacas foram adquiridas. E a demanda, bem o Ministério da Agricultura, segundo o próprio Ministro, está até o final deste mês alocando maior parcela dentro desse programa, porque são recursos da União, logicamente ele está agenciando junto a área econômica do Governo, mas devem ser alocados mais recursos até o final deste mês, inclusive, não fica só nos 4 milhões. Já que o programa atende até 150 sacas, por mini e pequeno agricultor. No Paraná se não me engano nós temos em torno de 200.000 mini e pequenos produtores provavelmente um bom número, a maior parte deles deve produzir isto, eu não tenho este dado exato. Se for o caso posso buscar na Federação dos Trabalhadores da Agricultura e fornecer ao nobre Deputado.

Mas é importante que se diga que não é só este programa que está sustentando o preço de mercado do milho. A equivalência produto existe e funciona e além disso foi liberado em março, o Banco do Brasil liberou, aqui no Paraná, em março, recursos de EGF para aquisição de milho e estes recursos foram todos gastos também. É por isto que o preço de mercado, que estava em torno de 4 reais a saca reagiu e está em torno de 5,5 1/2 reais a saca.

No caso da outra pergunta. Se nós vendemos milho no ano passado. No caso específico do Paraná, no 2º semestre do ano passado a CONAB vendeu, aqui no Paraná, 160.000 toneladas de milho. Mas por que? Porque era entresafra, os preços de mercado do milho estavam a quase 8 reais a saca, e este preço inviabiliza a suinocultura e a avicultura. Aí vêm, exatamente a outra função do Governo, que é na entresafra colocar este estoque no mercado, para garantir um abastecimento de produto, a preços pelo menos razoáveis, para os outros setores. Mas não foi vendido milho, isto eu confirmo ao Sr. por exemplo, este ano não foi vendido milho no Paraná, já

que os produtores começaram a colher milho no Paraná no final da 1ª quinzena de fevereiro. Em janeiro ainda foi, mas aí é o forte da entresafra, os produtores não colhem milho neste período, os produtores do Paraná só colhem milho a partir de 15 de fevereiro. Então eles não tinham milho para vender, os produtores, isso é absolutamente garantido.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Com relação a capacidade armazenadora?

O SR. EUGENIO STEPHANELO - Não tenho aqui o dado da evolução da capacidade nos últimos dois anos, mas dizer que mais ou menos aqui no Paraná foram instalados armazéns no caso de agrária que dá mais ou menos 400 mil toneladas e de outros armazéns quem sabe fica em torno de 800 mil toneladas o aumento da capacidade.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sim. Existe um planejamento por parte da CONAB para que possa recepcionar a produção dos nossos agricultores?

O SR. EUGENIO STEPHANELO - Sim. Existe, inclusive fizemos um estudo sobre isso, já no final de janeiro foi feito um estudo, daí porque a maioria das medidas que citei aqui já foram adotadas, esse estudo foi feito no final de janeiro, não só pela CONAB, uniu a OCEPAR e a Secretaria da Agricultura, porque a CONAB o Governo do Estado, principalmente a Secretaria da Agricultura e a OCEPAR trabalharam muito juntos aqui no Paraná, e isto desde janeiro nós viemos nos reunindo e fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dr. Plauto.

O SR. PLAUTO GUIMARÃES - Sr. Eugênio Stephanelo, Presidente da OCEPAR Dick de Geus, aqui quero parabenizá-lo a vocês lideranças do campo que levantaram a questão e a defesa com relação ao produtores em especial do Paraná e como um todo do Brasil. As necessidades da agricultura, do campo, os representantes conhecem, conhecem porque são informados por pessoas como vocês, presidentes de cooperativas que levam diretamente as necessidades que a agricultura do Paraná, do Brasil precisa. Agora a grande realidade é que a gente vê muito pouco daquilo acontecer. Mas nós vimos neste pleito a bancada ruralista no Congresso Nacional assumir a sua posição representando aqueles que os elegeram e aqueles que eles representam que é o homem do campo, o agricultor, aquele que produz a soja, o arroz, enfim, aquele que luta de sol a sol, de manhã à noite tentando tirar do campo a produção para abastecer o Bra-

sil e até mesmo muitos países do exterior.

Quero parabenizá-los a vocês lideranças que estão cobrando e levando as reivindicações da bancada ruralista dentro do Congresso Nacional. E também aqui parabenizar os Deputados que tiveram coragem de enfrentar e derrubar um Veto da questão da TR dentro do Congresso Nacional. Nós sabemos que a nível nacional tem distorcido um pouco, dizendo muitas vezes que quem está reivindicando são grandes produtores, mas não é verdade, pequenos produtores estão sofrendo, médios produtores e grandes produtores estão sofrendo. O Deputado Cezar Silvestri fez colocações aqui que a região dele a região de Guarapuava é uma região de alta tecnologia como a região da qual eu represento também que é a região dos Campos Gerais através da Cooperativa Batavo ligado com Holandeses tem uma alta produtividade, e com toda essa produtividade neste ano estão com dificuldades para saldar suas dívidas e para sobrar dinheiro para dar continuidade na sua atividade. Sem falar nos investimentos, eu sempre falo, quem olha o Paraná vê, pôxa, quanto trator tem por habitante, só que uma boa parte de todo esse equipamento que o campo tem nós devemos ao Banco, devemos ao Fina-me, devemos ao Banco do Brasil, e lá no Planalto Central representantes tecnocratas que estão lá não conhecem a realidade e o dia a dia do setor agrícola, mas eu tenho a certeza de que com a pressão da bancada ruralista junto ao Governo Federal mostrando a realidade do campo, e de representantes como vocês que estão na luta, o Presidente da OCEPAR, o Presidente da Cooperativa, enfim, representantes do campo que estão mostrando a atual situação de um País que não tem um projeto agrícola, quem não tem plano agrícola, que não tem um programa a longo prazo. E nós produtores, eu me incluo aqui também, sofremos nas mudanças de safra, cada safra é uma situação, é uma maneira que o Governo coloca. Agora na nossa produção de trigo para se plantar trigo já está quase inviabilizado, para poder se plantar trigo não tem nem recursos para se financiar, enfim, está uma verdadeira baderna, e eu espero que esse Governo novo que está aí com credibilidade popular se sensibilize e sinta o problema que nós, produtores, nós, representantes do campo levamos até a ele, para que se chegue a um ponto que fique bom para o campo para que se possa, ano a ano, estar aumentando a sua safra, estar desbravando novas fronteiras. Esse país é muito rico só que tem que se investir o dinheiro na hora certa e nós não queremos dinheiro subsidiado, nós queremos um dinheiro que não inviabilize o campo mas sim que nós tenhamos condições de trabalhar.

É isso e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Dr. Ernesto Capozzi do Banco do Brasil.

O SR. ERNESTO CAPOZZI - Exmo. Sr. Deputado Anibal Khury Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Srs. Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores.

Em primeiro lugar queria registrar que o Banco do Brasil se sente muito honrado em ocupar essa tribuna para prestar algumas informações sobre o financiamento da agricultura no nosso Estado. Gostaria de iniciar dizendo as principais culturas no Estado do Paraná e quanto o Banco do Brasil financiou no ano de 1994.

TRIGO - área cultivada 650 mil hectares e o Banco do Brasil financiou 346 mil, pouco mais de 50%.

ALGODÃO - 280 mil hectares cultivados no Paraná, o Banco do Brasil financiou 221 mil hectares.

ARROZ IRRIGADO - 20 mil hectares, o banco financiou 6 mil.

ARROZ DE SEQUEIRO - 100 mil hectares, o banco financiou 31 mil.

FELJÃO - 535 mil hectares, 66 mil financiados pelo Banco do Brasil.

MANDIOCA - 162 mil hectares de área cultivada, 29 mil financiada pelo Banco.

MILHO - 2 milhões 150 mil hectares, 550 mil financiado pelo Banco do Brasil.

SOJA - 2 milhões, 108 mil hectares, 1 milhão 215 financiado pelo Banco do Brasil.

CANA - 245 mil, cerca de 90 mil financia do pelo Banco.

Esta área financiada pelo Banco do Brasil produziu um número de 1,1, bilhão de dólares, foi quanto o Banco do Brasil aplicou no setor agropecuário do Paraná durante o ano de 1994. Dois vírgula 55 milhões de hectares foi a área de lavoura financiada pelo Banco do Brasil no Estado do Paraná.

Esta área é maior que a superfície do Estado de Sergipe e de outros Estados da Federação.

A produção de grãos gerada por este financiamento foi da ordem de 5,6 bilhões de toneladas.

Duzentos e vinte e quatro mil carretas são necessárias para fazer o transporte desta produção. E cinco mil tratores financiados pelo Banco e o Banco ainda financiou 12 mil máquinas agrícolas.

Oitenta mil contratos foram elaborados no Banco do Brasil em 1994. Esses números são altamente significativos lembrando que o Banco do Brasil tem três fontes de recursos para financiar a agricultura.

O primeiro deles é o dinheiro que vem da Caderneta de Poupança Ouro, o segundo é o dinheiro do Tesouro Nacional e o Tercei-

ro depósito a vista e o percentual que deve ser aplicado, obrigatoriamente, por todos os bancos, inclusive pelo Banco do Brasil no setor rural. Para mostrar toda a tradição de crédito agrícola que o Banco do Brasil tem com o produtor agrícola, o Banco está sobreaplicado nas três fontes de recurso.

Isto é, o Banco do Brasil aplica no setor rural mais do que as fontes de recursos, dessas três fontes de recursos permitem.

Para falar especificamente sobre o custeio agrícola desta safra 94/95, gostaria de esclarecer que o Banco aplicou em torno de 530 milhões de reais, da seguinte forma: 17% desses recursos vieram do Tesouro Nacional;

5% do depósito a vista, o dinheiro obrigatório e

80% o resto, portanto da Poupança Ouro.

Para mostrar também toda a tempera do produtor paranaense nós gostaríamos de informar que na posição do dia 31.03.95, portanto, há dezoito dias atrás, o Banco do Brasil tinha aplicado no crédito agrícola no Paraná, dois bilhões de reais, dois bilhões e um quebradinho.

Apenas 1% deste valor está levado como prejuízo. Mostra na verdade toda a tempera do agricultor paranaense, do agricultor brasileiro.

São números apenas e eu também me coloco aqui à disposição para tentar responder eventual questionamento, alguma coisa neste sentido, sobretudo agora quando o Congresso Nacional derruba o veto do Presidente da República ao artigo 16, da Lei nº 8.880, relativo a TR.

Então, eu ficaria à disposição.

O SR. WALMOR TRENTINI - Doutor Capozzi, na sua explanação falou de toda a agricultura e eu como representante de Paranaíba, do noroeste do Paraná, na sua ausência entregou ao Banco do Brasil um documento dos produtores e industriais de farinha de mandioca do noroeste do Paraná.

O Senhor conhece, como o Paraná conhece a dificuldade da agricultura, especificamente a mandioca.

Gostaria de ver com o Senhor o tratamento que poderá ser dado com esta dívida dos agricultores de mandioca e dos produtores porque na nossa região a situação está ficando bastante difícil porque a nova safra está aí, a farinha está armazenada e não é possível vender porque não paga-se as dívidas e não se tem dinheiro para começar a nova safra.

Gostaria de ver o que o banco do Brasil poderá tratar desta questão?

O SR. ERNESTO CAPOZZI - Bom, na verdade,

meu caro Deputado, conhecemos o problema da mandioca, da região de Paranaíba e gostaria de dizer que o Banco do Brasil é um interlocutor do Governo neste sentido, as preocupações todas foram levadas à Direção do Banco que certamente também coloca isto junto as autoridades da área agrícola no sentido de procurar uma solução.

Se ela não vier em bloco como a gente espera, na verdade o Banco do Brasil está preparado para negociar no caso, caso a caso, até para permitir que o agricultor não tenha vedado o seu crédito agrícola para safra que se inicia.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Doutor Ernesto Capozzi, nos trabalhos que nos são repassados pela OCEPAR e pela leitura que a gente sempre faz pelo jornal, e das reuniões que temos participado, nos dão conta de que o Paraná teria uma necessidade de qualquer coisa ao redor de 440 milhões de reais para comercialização da safra, tanto em EGF, como em AGF.

Deste montante que é a necessidade do Paraná para algodão, para arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e soja, nós gostaríamos que Vossa Senhoria informasse a esta Casa, quais os valores que foram repassados até então ao Estado do Paraná e se eles já foram todos utilizados e se existem novos pedidos encaminhados?

O SR. ERNESTO CAPOZZI - Na verdade a demanda do Paraná é muita alta e é natural que seja assim.

O nosso Estado é responsável por 25% da produção de grãos do país e portanto a demanda aqui é quase que infinita.

O Banco do Brasil, o próprio Governo Federal tem procurado atender na medida das necessidades nem sempre isto é possível, mas estou me lembrando de um número expressivo que aconteceu no mês de março.

No mês de março o Banco do Brasil colocou 90 milhões de reais só em EGF para atender particularmente uma parte muito forte de milho e alguma coisa de trigo. O Banco tem procurado, tem se esforçado, eu volto a dizer, tem procurado atender a reivindicação do setor agropecuário na medida daquilo que é possível. O Banco, a maior fonte de recursos, volto a dizer, é a Caderneta de Poupança, a Poupança Ouro, que fornece a maior quantidade de recursos para atender a demanda e a necessidade do Estado do Paraná.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Senhor Capozzi, os jornais Nacionais estão dando conta de, inclusive várias contradições, eu queria lhe fazer a seguinte pergunta: qual seria realmente a perda do Governo Federal com a extinção da TR se a TR fosse retroa-

tivo ao dia 1º de julho. O Senhor tem idéia desses números?

O SR. ERNESTO CAPOZZI - Não tenho, se dissesse algum número aqui estaria cometendo, estaria estrapolando, não tenho esse número. Os números do Paraná, são números expressivos, se a gente fizer um efeito multiplicador pelos Estados, sobretudo pelos Estados produtores, este valor é altamente expressivo. Mas eu não me arriscaria a dar um número porque na verdade eu não conheço.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Fiz-lhe esta pergunta pelo seguinte, a imprensa tem noticiado de que os grandes favorecidos pela extinção da TR seriam os grandes produtores, e se não me engano até andou publicando uma lista de grandes produtores, e discordamos disso aqui nesta Casa inclusive, dizendo que muitas vezes os recursos são repassados para as cooperativas, e as cooperativas repassam aos pequenos produtores.

Agora, é lógico que na listagem dos devedores junto aos órgãos financiadores estão as cooperativas como um dos grandes produtores, que não é verdade, caso específico por exemplo da COAMO, que tem dez mil cooperados onde ela passou no mínimo para oito mil cooperados recursos através do seu próprio sistema de crédito. Mas o que me chamou a atenção, quando o Doutor Dick falava ele deu alguns números, que há quinze anos atrás os recursos que eram liberados para a agricultura era em torno de vinte e oito bilhões de dólares, que a necessidade inclusive agora para as futuras safras seria em torno de quarenta e dois bilhões de dólares, e que para essa safra que passou, safra 94-95, foram liberados apenas sete bilhões de dólares.

E alguns números inclusive, se não me engano na Folha de São Paulo que eu estive observando, quando se argumentou de que a perda com a extinção da TR por parte do Governo seria em torno de quatro bilhões, uns falavam em nove bilhões. Mas os números não batem, porque se foi liberado sete bilhões para a agricultura, desse sete bilhões logicamente tem uma parte que é o custeio, independente dos juros e da própria TR, também existe um grande número de produtores que fizeram financiamentos pela equivalência-produto, que não entraria TR porque entraria diretamente na equivalência-produto.

Então, acho que está havendo uma manipulação de números para tentar jogar a sociedade contra, na verdade, àquelas que defendem a produção; que defendem os agricultores. Por que se foi emprestado sete bilhões é impossível que a perda do Governo seja em torno de quatro, ou nove bi-

lhões de dólares como tem sido noticiado.

O SR. ERNESTO CAPOZZI - Não tenho essa informação sobre o número mas queria dizer que o Senhor tem razão quando diz que a grande maioria dos financiamentos está na equivalência-produto, portanto sem a incidência da TR. Lembrar que o mini e o pequeno produtor rural, o mini tem financiamento sem TR, apenas com uma pequena taxa de juros; e o pequeno pequeno produtor com 50% da TR e mais um adicional de taxa de juros. Confesso com toda a honestidade que não conheço os números se não os declinaria aqui com certeza.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Doutor Capozzi, quero lhe fazer uma pergunta bem primária, mas que eu não consigo entender, talvez o senhor consiga responder. Nós vivemos num País que estamos colocando a todo instante como uma vitória do plano econômico uma inflação de 1.5, 1.2, 2.0. No entanto os financiamentos bancários têm taxas de juro mais elevados do que isso.

Como nós vamos prever de que o produtor, vou ficar só nessa área do produtor rural, já que é o objetivo dessa reunião, como vai se tomar dinheiro emprestado dos bancos para custeio de safra, para melhoria de equipamentos, para investimento na agricultura, quando nós sabemos que ao manter a inflação baixa obviamente não se tem uma correção de preço do produto agrícola; no entanto, o dinheiro retirado do banco sofre o aumento dos juros bancários.

Não acha o Senhor que em cada safra que nós tivermos no País, nós vamos estar frente a realidade do produtor não conseguir pagar o financiamento do Banco, porque a sua safra não tem a mesma correção?

O DR. ERNESTO CAPOZZI - Concorde com a sua colocação. A gente precisa lembrar é que na verdade existe uma política de juros altos, os juros é que impactam, de uma forma muito negativa, qualquer tipo de empréstimo, mas nós precisamos lembrar que a instituição financeira, como um todo, ela faz intermediação financeira. Ela não pode vender o dinheiro pelo preço que ela compra este dinheiro. Então é uma história complicadíssima de mercado.

Gostaria de lembrar que nós estamos vivendo uma época extremamente feliz, com índices inflacionários baixos, me parece que o programa de estabilização econômica é uma verdade. E acredito, opinião particular minha, que nós temos que passar para a fase de desenvolvimento econômico, e não se faz desenvolvimento econômico, primeiro, sem capital, segundo, sem capital barato. Acredito piamente nisso, nós estamos chegando, a curto e médio prazo nesta fase da vida nacional.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito, só para complementação, é que viver uma inflação um ou zero, se colocarmos uma comunidade numa ilha, que não tenha produção, evolução, na base da troca a inflação vai ser zero. Mas a minha preocupação é como incentivar a produção? Porque a captação de recurso, como o senhor diz, e o Senhor é um homem de banco, é perfeito de se entender isso, ela é mais elevada, no entanto, para quem produz, ela chega mais elevada. Esse produtor evidentemente estará desestimulado, porque tanto o pequeno, o médio ou o grande vai acabar, a cada safra, tendo um juro de mercado a pagar muito alto e não terá correção do produto.

Corremos o risco de, com isto, desestimularmos toda a produção nacional e desestruturarmos o setor da agricultura que estava num processo evolutivo, dentro do País.

O DR. ERNESTO CAPOZZI - É verdade, como disseram o Dick e o Stefanello, acho que o Banco do Brasil é apenas e tão somente executor de uma política econômica, mas acho que o que é necessário, na verdade, é uma política agrícola com todos os ingredientes tão bem colocados pelo Stefanello, quando esteve aqui presente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Capozzi, apenas aí para esclarecer a respeito da vitória da agricultura brasileira, a respeito do Congresso Nacional, o veto ao Projeto do Presidente da República, que derruba a TR. E nós vemos aqui, que há discordâncias entre Governo, bancos e produtores, quanto a retroatividade dos efeitos do dispositivo. Setores do Governo e dos bancos garantem que o dispositivo só se aplica para os contratos firmados a partir da data da rejeição do Veto, 05/04/95, enquanto os produtores garantem a retroatividade do dispositivo. O que nós vemos? Este veto é retroativo a todos os financiamentos e nós vemos agora que os financiamentos que vem sendo vencidos ontem, como é que o banco fica a respeito disso?

O DR. ERNESTO CAPOZZI - Quero colocar aqui a posição do banco, a posição oficial do banco. Este déficit se refere as operações já contratadas, a medida não afeta as operações contratadas, ela afeta os futuros financiamentos, razão que, até por efeito de proteção aos seus acionistas o Banco do Brasil, a partir do dia 5 suspendeu a concessão de novos empréstimos, até que essa questão seja definitivamente solucionada.

O SR. NELSON TURECK - Os agricultores, os produtores que chegaram, ao banco para saldar a sua dívida, para fazer o pagamento, como é que o banco se portou, tirou a TR ou apenas recebeu a parte principal sem a TR?

O DR. ERNESTO CAPOZZI - O Banco do Brasil, voltamos a dizer, ele recebe a dívida de acordo com aquele contrato firmado lá atrás, isto é, com a TR e mais os encargos decorrentes do contrato.

O SR. NELSON TURECK - Vemos aí tantas coisas erradas que acontece, outro dia a respeito de financiamentos, até o dia 30.04.93 aonde houve erro, e o próprio Governo do BNDS admitiu o erro na correção da TR em cima dos produtos, e que eles queriam resolver o problema que eles mesmo criaram.

Então a gente vê cada coisa errada neste País que acontece que tem horas que sinceramente perde a esperança porque nós vemos um povo hoje muito sofrido, o nosso agricultor, e não é só o pequeno mas o grande agricultor, e com isso dando problema à nossa indústria, porque a agricultura hoje é uma indústria porque é ela que produz, ela que planta, e se nós não tivéssemos essa produção nós não teríamos a indústria que transforma essa matéria prima. E nós vemos tanta coisa acontecendo com a agricultura nosso agricultor porque ele é o nosso esteio hoje, nós vemos aí no interior do Estado do Paraná se a agricultura vai mal, vai mal tudo, é a indústria que vai mal, é o trabalhador, todos os setores vão mal.

Então a gente espera que o Governo faça alguma coisa para a agricultura, porque todos nós dependemos da agricultura, o que nós não podemos aceitar, os Deputados dessa Casa de Leis, é que se tire o sangue, o suor, lágrimas do nosso agricultor, tão sofrido e vendo que não pode pagar sua conta. Temos testemunhas de que esses financiamentos que foram feitos aí equivalentes produtos tanto do Panela Cheia quanto do FINAME, temos visto que não há condições do agricultor saldar sua dívida. Exemplo, o agricultor que tem 30 alqueires de terra no ano passado ele pagava 700 sacas de soja, esse ano são 2.000. Acho que qualquer um pode perfeitamente observar que não tem condições, está se fazendo uma grande injustiça contra o nosso agricultor.

O DR. ERNESTO CAPOZZI - Não tenho nenhuma dúvida disso, concordo em gênero, número e grau que quando a agricultura vai mal o comércio vai mal, tenho sido testemunha disso nas viagens que faço pelo interior do Paraná, isso fica muito claro

naquela comunidade menor onde a gente ainda compra na caderneta do vizinho da esquina, é exatamente isso, tenho certeza disso e concordo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sérgio Spada com a palavra.

O SR. SÉRGIO SPADA - Inicialmente queria em nome da Bancada do PT saudar e louvar a atitude da frente agropecuária e a presença dessas lideranças altamente representativas do setor agropecuário do Estado do Paraná. Esse tipo de debate muito embora esteja acontecendo aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ele tem efeito muito importante porque ele tem repercussão através da imprensa e essas notícias chegam até Brasília.

Há poucos dias alguns agricultores me questionavam se valia a pena fazer as manifestações que foram feitas em todo o Estado do Paraná e particularmente na região Oeste do Estado, em frente aos bancos, o Banco do Brasil o qual Vossa Senhoria representa com muita seriedade e competência, e eu dizia a esses agricultores que claro que vale a pena, aos sindicatos que claro que vale a pena, E estava certo porque a história tem mostrado isso, há um movimento aqui na base e a repercussão acontece na Assembleia, em Brasília, e as consequências também aparecem, e uma das respostas foi a decisão do Congresso Nacional de por projeto de resolução acabar com a cobrança da TR sobre os financiamentos feitos junto ao próprio Banco do Brasil, e o que é mais justo e cristalino o que foi feito pelo Congresso Nacional, porque afinal de contas a TR, pelas informações que tenho é a média dos juros cobrados durante o mês no mercado.

Agora, quem é que puxa para cima artificialmente os juros, é o próprio Governo impondo confisco dos próprios depósitos feitos à vista nos bancos, de modo geral, para quê? Para inibir o consumo e, conseqüentemente, a inflação. Se a TR é, artificialmente puxada para cima por uma política econômica adotada pelo Governo Federal, não é justo que se cobre essa TR dos financiamentos agrícolas. Nem dos futuros, nem dos passados. É uma extorsão, é um achaque que o Governo está praticando contra o setor produtivo nacional.

Lamento que esse Governo Fernando Henrique Cardoso tenha uma única meta em seu governo: combater a inflação a qualquer custo. Não se preocupando com a política na área da agricultura, na área da saúde, na área da educação. Vamos combater a inflação a qualquer custo, mas, para isso, sacrificando os setores produtivos e, particularmente, a agricultura.

Vossa Excelência, como representante

do Banco do Brasil, não sei se concorda comigo, mas gostaria que expressasse, transmitisse a seus superiores quando tiver oportunidade, de que, na minha região, a população está disposta a não pagar - de jeito nenhum - esses financiamentos enquanto o Governo não rever essa questão da cobrança da TR.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Quereria fazer mais uma pergunta ao Presidente da OCEPAR.

Ouvi a sua explanação e confesso ao senhor o seguinte: temos aqui, nesta Casa, de forma aprofundada, discutido a questão da agricultura. O Ministro José Eduardo de Andrade Vieira fez, recentemente, uma proposta que foi muito mal recebida pelo setor agrícola, que foi de fazer o financiamento através de uma nova taxa, que é a TJLP.

Se considerarmos que as taxas hoje, no país, estão em torno de 70% ao ano, o CDB está pagando, a TJLP tem uma taxa hoje de 23% ao ano. Pergunto: a TJLP não é uma excelente solução, pelo menos para os grandes e médios proprietários como um instrumento de financiamento?

O SR. DICK GEUS - Acho que a TJLP, e já foi dito por muitas pessoas, é uma TR de mini-saia. Tem um efeito extremamente danoso em cima da agricultura, então ela não vai, realmente, resolver o problema dos agricultores, porque é um juro extremamente alto, ainda para esta atividade.

O que estamos pleiteando desde a implantação do Plano Real, que os juros para a agricultura sejam pré-fixados. Que o produtor tenha já, quando vai plantar, o conhecimento pleno daquilo que ele vai pagar e para isso o governo tem que acreditar também nas suas próprias metas.

Se o governo, através das metas estabelecidas prever uma inflação, digamos, de 6% no semestre, ele pode, perfeitamente, pré-fixar os financiamentos com os juros de 9 mais 6, são 15% para uma atividade agrícola. Quinze por cento hoje, seriam compatíveis, desde que a inflação fosse em torno de 5, 6, 7 ou 8%.

A TJLP, ela é baseada em captações externas e principalmente internas. Captações de onde? Dos recursos de poupança. E a política de poupança hoje, no Brasil, é interessante para o governo, é interessante para os poupadores. Agora, para a agricultura, é insuportável.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Mesmo para os grandes produtores?

O SR. DICK GEUS - Mesmo para os grandes, porque o produto é o mesmo. Seja do

pequeno, do grande ou do médio! Ele pode ter uma melhor produtividade, maior ganho, mas evidentemente ele tem que ter uma renda mínima e com estas taxas de juro, coloque no início essa defasagem que ocorreu agora, nesses documentos que os Senhores encontraram, o Senhor lembra a defasagem muito grande entre os preços de milho, soja, com relação ao juro.

Isto aqui nem o grande, nem o pequeno, muito menos o pequeno, evidentemente, tem condições de suportar. Os grandes produtores, não tenho nada contra o pequeno, acho que ele é extremamente importante, o médio também, mas o grande, ele faz parte do contexto e ele produz bastante, e ele tem que ser viabilizado. Se o grande parar de produzir, o Brasil vai importar muito mais ainda.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Só acho que a OCEPAR tem que levantar a bandeira com relação a questão do MERCOSUL.

O Presidente da Assembléia é um dos homens preocupados, inclusive, com a questão do MERCOSUL. Quando o Senhor estava falando das taxas em todos os países, vizinhos inclusive, temos uma taxa menor para o produtor, uma tributação muito menor e não há como competirmos. Acho que todas as entidades representativas do setor agropecuário tem o dever inclusive de levar esta preocupação para o Governo Federal.

Acho que esta questão do MERCOSUL não pode ser considerada uma questão já fechada. Acho que tem que ser rediscutido, porque se não tivermos realmente um posicionamento muito forte do setor político, principalmente do setor representativo, do setor agropecuário, teremos a falência da agricultura, principalmente dos três Estados do Sul.

Acho que são questões básicas que não poderíamos deixar de falar na tarde de hoje. Temos que levantar esta bandeira, todos unidos, porque a situação é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Dr. Eugênio Stephanello acaba de receber comunicação de Brasília, que o Governo Federal destinou mais dois milhões de reais para compra de milho dos pequenos produtores, perfazendo assim 6 milhões de reais.

A Mesa reitera os agradecimentos aos nossos convidados e deseja uma boa permanência nesta Casa.

O SR. JOSÉ TAVARES - Permite uma colocação rápida a respeito deste encontro?

(Assentimento)

Apenas, Senhor Presidente, para expressar aqui um sentimento de um Deputado de cinco mandatos, três mandatos aqui nes-

ta Casa, e oriundo de uma região agrícola, em dizer que pela primeira vez a Assembléia do Paraná se destaca e quero neste momento cumprimentar Vossa Excelência em ter a iniciativa, através dos nobres Pares, de trazer aqui autoridades do quilate do Presidente da OCEPAR, o Dick de Geus, o Eugênio Stephanello e o Dr. Ernesto Capozzi, que foi inclusive o primeiro Superintendente do Banco do Brasil em Londrina e hoje nos honra ocupando idêntico cargo aqui em Curitiba.

Portanto, a Assembléia só se destaca, só se valoriza porque ela demonstra clara e objetivamente que diante desses graves problemas que afligem a economia do nosso país e do Estado que é eminentemente agrícola, ela não está distante desta questão e muito valoriza este Parlamento atitudes e ações como esta e temos muito que agradecer não só a presença, como as informações significativas que estas autoridades prestaram hoje aqui aos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa endereça os elogios de Vossa Excelência ao Deputado Orlando Pessuti, que foi o autor do Requerimento, do convite para que estas expressivas figuras da vida agrícola e pecuária do Paraná comparecessem nesta Casa para expor e explicar aos Deputados seus pontos de vista.

Encerrado o Horário do Expediente.
Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Emenda aditiva constitucional, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia em avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.**

O SR. WALMOR TRENTINI - Queremos agradecer a presença do Vereador Egídio José Ferro, da cidade de Santa Mônica, do PDT, presença está registrada pelos Deputados Walmor Trentini e Luiz Accorsi.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/95, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que reajusta o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor,

Procurador do Estado e Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1º de março de 1995. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, revoga a Lei nº 11.058, de 25 de janeiro de 1995. PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09 de 06.03.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 21/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 21/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga a Lei nº 11.058 de 25 de janeiro de 1995 (Desapropriação do imóvel da Escola Ermelino Matarazzo - Antonina).

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Antônio Belinati - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Péricles de Mello e Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 021/95
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Acresce ao final do art. 1º da proposição em epígrafe, a seguinte expressão:

Art. 1º - ... restaurando, concomitantemente, a Lei 9.661 de 15 de julho de 1991.

Sala das Sessões, em 18.04.95

(aa) ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

DOCTOR ROSINHA

Apoiamento: Caíto Quintana e Irondi Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa concretizar a intenção do legislador, conforme sua justificativa, ou seja revigorar a Lei 9.661 de 15/07/91, que em 25 de janeiro último foi revogada pela Lei 11.058, causando prejuízos aos corpos discente e docente da Escola Estadual Ermelino Matarazzo.

Impende ressaltar que segundo dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil em seu art. 2º § 3º, "a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição em contrário". É esta disposição em contrário que avocamos na Emenda ora apresentada.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar área de terras em Maringá. PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 10 de 07.03.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 30/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a desapropriar área de terra em Maringá.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, essa Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nessa Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que incorpora área territorial do Município de Antonina para o Município de Campina Grande do Sul. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 23 de 23.03.95). Por determinação do Sr. Presidente, este Projeto foi retirado da Ordem do Dia.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/95, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a anuir na doação, da Fundação Universidade Estadual de Maringá à União, do imóvel que especifica destinado à criação de uma UNED/CEFET. PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 087/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na doação, da Fundação Universidade Estadual de Maringá à União, do

Lote de Terras 138-138-A (remanescente) com as seguintes confrontações: NO 68°57'49" SE com 102,22 metros; NE 19°57' NE com 158,10 metros; NO 70°03' SE com 115,29 metros; NO 89°38'12" SE com 105,29 metros; NE 00°57'00" SO com 127,90 metros; SE 70°03' NE com 326,06 metros; com a Rua Alencar de Oliveira Paiva com as seguintes confrontações: SE 11°32'17" NO com 101,40 metros; SO 09°58'16" NE com 42,04 metros e finalmente no Raio de 678,16 metros com Ds. de 121,27 metros."

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior deverá ser utilizado exclusivamente para a construção de uma Unidade Descentralizada do Centro de Formação Tecnológica do Paraná, no município de Maringá.

Art. 3º - Fica o imóvel objeto da doação gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 4º - Caso seja dada destinação diversa ao imóvel objeto da doação, o mesmo reverterá automaticamente ao patrimônio do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.95

(aa) ANIBAL KHURY

JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Assim como já foi adotada pela Universidade Federal do Paraná, a política de descentralização do ensino tem por finalidade proporcionar a um maior número de pessoas, o acesso à educação.

Tem ainda, por finalidade, a descentralização do desenvolvimento regional, com a formação de vários centros de informação e pesquisa.

Deste modo, pedimos o apoio dos nobres Deputados, para que apoiem esta nossa proposição, de elevado valor social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 87/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a anuir na doação de imóvel da Fundação Universidade de Maringá à União.

O caráter autorizatório e o alcance da matéria encontrará nesta Comissão de Constituição e Justiça, o respaldo para a aprovação da proposição em tela.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTOS - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/95, de autoria do Poder Judiciário, que cria cargos em Comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 101/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 5 (cinco) cargos de provimento em Comissão de Assessor de Recursos, todos com a simbologia DAS-4.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Alçada.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.95

(a) PODER JUDICIÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Assessoria de Recursos do egrégio Tribunal de Alçada atualmente é composta de um Diretor e quatro Assessores.

Tendo em vista atual competência daquele Tribunal e conseqüentemente, o grande número de decisões proferidas por seus Órgãos julgadores, o acréscimo de recursos aos Tribunais Superiores foi significativo, exigindo, com urgência, mais pessoal especializado para integrar aquela Assessoria, de sorte que, nos prazos legais, seja examinado o excessivo volume de recursos que para lá converge (Lei nº 8950, de 13.12.94).

Esclareça-se que no ano de 1994, foram proferidos 913 despachos de admissão ou não de Recursos Extraordinários e Especiais e 467 em Agravo de Instrumento.

Neste ano de 1995, estão acumulados para exame e despacho 472 processos, com tendência natural de aumento, motivo principal desta proposta que objetiva a criação de cargos em comissão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 101/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por objetivo criar cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O projeto de lei ora em discussão, de nº 101/95, de autoria do Poder Judiciário, queremos fazer o seguinte encaminhamento.

Na justificativa ao projeto há afirmativa por parte do Dr. Cláudio Nunes do Nascimento que houve um acréscimo de recursos aos Tribunais Superiores, significando muito mais trabalho por parte do Tribunal de Alçada. Em função disso, justifica o Senhor Desembargador e Presidente do Tribunal, a urgência na necessidade de mais pessoal especializado para integrar a assessoria.

Pois bem, se necessita de pessoal especializado, nós do Partido dos Trabalhadores entendemos que pessoal especializado se contrata através de concurso público, especificando qual o tipo de profissional que se deseja, qual o tipo de técnico necessário para desenvolver aquelas atividades. Mas alega-se, às vezes, que a necessidade é tão premente que é impossível aguardar o concurso público.

Queremos lembrar que o Tribunal pode requisitar para o trabalho os bacharéis em direito, que hoje ocupam outras funções dentro do próprio Tribunal. Portanto, se tivesse urgência poderia requisitar esses bacharéis em direito, e aí sim fazer o concurso público.

Nós do PT queremos defender que tal projeto não tem a necessidade de ter a urgência exigida, até porque pode requisitar esses bacharéis. E é necessário que o Tribunal de Justiça, assim como outros órgãos do serviço público, passe a preferir para ocupar esses cargos, funcionários de carreira, e não criando novos cargos para agentes externos adentrar no serviço público, seja no Tribunal de Justiça ou no Poder Executivo. O que sabemos é que faz pelo menos quatro anos que o Poder Judiciário tem discutido com representante sindical daqueles servidores um plano de cargos e salários. Para esse plano de cargos e salários já houve um acordo para ser colocado em prática, faltando isto.

Portanto, enquanto não se realiza o concurso, que defendemos como a melhor ma-

neira de contratar, poderia ser discutido um plano, esse plano de cargos e salários, através dele reaproveitamento dos técnicos necessários, e inclusive a requisição desses bacharéis em direito que é permitido pela lei. Em função de não entendermos como urgência, em função de entendermos que é necessário discutir toda a situação dos servidores públicos do Paraná, e no caso específico do Tribunal de Justiça, uma vez que há servidores daquele órgão que sabemos que não desenvolvem atividades, ou serviços, quando poderiam ser solicitados a isso; a Bancada do PT se posiciona contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão. **Aprovado, contra os votos da Bancada do PT.**

Sobre a mesa, Requerimentos nº 829, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 817 a 820, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 821 a 824 e 835, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 825 e 826, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 827, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 834, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 830, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 832 e 833, de autoria do Senhor Deputado João Techy, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 828, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 836, de autoria do Senhor Deputado Edgard Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 838, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 807, de autoria do Se-

nhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 767-A, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 814, de autoria dos Senhores Deputados José Maria Ferreira e Ricarco Chab, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando ou-

tra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 021, 030, 087 e 101/95.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 019, 050, 051 e 104/95, e do Projeto de Resolução n° 039/95.

Levanta-se a sessão.